

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Informações intermediárias

30 de junho de 2020

Relatório de revisão das informações intermediárias	1
Balanço patrimonial	3
Demonstração do resultado	4
Demonstração do resultado abrangente	5
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	6
Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto	7
Demonstração do valor adicionado	8
Notas explicativas às informações intermediárias	9

Relatório de revisão do auditor independente

Aos Acionistas e Administradores da
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.
Teresina - PI

Introdução

Revisamos o balanço patrimonial da Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A. (“Companhia”), em 30 de junho de 2020, e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração e apresentação adequada dessas informações intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão. Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações intermediárias não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia, em 30 de junho de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.



Building a better
working world

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As informações intermediárias acima referidas incluem a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2020, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações intermediárias, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações intermediárias tomadas em conjunto.

Auditoria e revisão dos valores correspondentes ao exercício e período anterior

Os valores correspondentes ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019, e as demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2019 e das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2019, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados e revisados, respectivamente, por outros auditores independentes que emitiram relatório sobre as demonstrações financeiras em 02 de junho de 2020, e relatório de revisão sobre as informações intermediárias em 14 de agosto de 2019, sem modificação.

Fortaleza, 21 de agosto de 2020.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP015199/O-6

Carlos Santos Mota Filho
Contador CRC PE020728/O-7-T-CE

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Balço patrimonial em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais)

	Notas	30/06/2020	31/12/2019		Notas	30/06/2020	31/12/2019
Ativo				Passivo			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	17.639	287.854	Fornecedores	13	362.582	395.446
Investimento de curto prazo	5	556.945	218.481	Obrigações sociais e trabalhistas		12.232	12.726
Contas a receber de clientes	6	483.860	486.082	Empréstimos e financiamentos	14	177.692	178.651
Serviços pedidos		77.155	69.063	Debêntures	15	10.768	4.046
Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros	7	22.558	115.181	Impostos e contribuições a recolher	16	103.296	111.535
Instrumentos financeiro derivativos	27.3	698	72	Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher		1.103	1.578
Impostos e contribuições a recuperar	8	174.872	17.480	Contribuição de iluminação pública		12.244	17.573
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar		18.524	15.067	Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética		61.661	55.648
Almoxarifado		8.892	12.153	Participação nos lucros		22.897	33.099
Outros créditos		26.893	31.552	Provisões para processos cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatórios	19	175.499	174.074
Total do ativo circulante		1.388.036	1.252.985	PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	20	155.269	742
Não circulante				Passivo de arrendamento		3.460	5.133
Realizável a longo prazo				Outras contas a pagar	18	221.490	170.055
Contas a receber de clientes	6	225.804	211.060	Total do passivo circulante		1.320.193	1.160.306
Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros	7	189.106	182.525	Não circulante			
Depósitos judiciais	19	47.224	48.114	Empréstimos e financiamentos	14	1.683.815	1.486.709
Instrumentos financeiro derivativos	27.3	119.738	8.991	Debêntures	15	1.019.549	1.019.432
Impostos e contribuições a recuperar	8	331.158	478.479	Impostos e contribuições a recolher	16	32.465	41.617
Outros créditos		950	961	Provisões para processos cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatórios	19	215.353	209.491
Ativo financeiro da concessão	10	35.710	24.192	Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética		49.432	48.582
Intangível	11	1.372.919	1.233.450	PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	20	296.287	444.853
Direito de uso		1.870	5.758	Plano de aposentadoria e pensão		5.649	5.649
Ativos de contrato	12	171.274	193.405	Passivo de arrendamento		61	1.340
Total do ativo não circulante		2.495.753	2.386.935	Outras contas a pagar	18	89.722	96.285
Total do ativo		3.883.789	3.639.920	Total do passivo não circulante		3.392.333	3.353.958
				Passivo a descoberto			
				Capital social	21	1.994.416	1.994.416
				Ajuste de avaliação patrimonial		(188.644)	(188.756)
				Prejuízos acumulados		(2.680.004)	(2.680.004)
				Resultado no período		45.495	-
				Total do passivo a descoberto		(828.737)	(874.344)
				Total do passivo e passivo a descoberto		3.883.789	3.639.920

As notas explicativas são parte integrante das informações intermediárias.

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Demonstração do resultado

Períodos findos em 30 de junho de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

		01/01/2020 a 30/06/2020	01/04/2020 a 30/06/2020	01/01/2019 a 30/06/2019	01/04/2019 a 30/06/2019
	Notas				
Receita operacional líquida	22	1.013.192	485.745	1.231.305	740.074
Energia elétrica comprada para revenda	24	(512.953)	(233.633)	(619.615)	(286.996)
Custo de construção	23	(174.828)	(96.146)	(327.753)	(294.056)
Custo da operação	23	(82.984)	(38.337)	45.310	74.497
Custos de energia elétrica, construção e operação	23	(770.765)	(368.116)	(902.058)	(506.555)
Lucro bruto		242.427	117.629	329.247	233.519
Despesas operacionais					
Despesas com vendas	23	(34.798)	(15.811)	(6.737)	3.018
Despesas gerais e administrativas	23	(49.068)	(26.798)	(127.672)	(103.941)
Perdas esperada por redução ao valor recuperável	23	(42.694)	(22.222)	738	12.299
Outras despesas operacionais, líquidas		(5.934)	(5.348)	(67.063)	(67.063)
Total de despesas operacionais		(132.494)	(70.179)	(200.734)	(155.687)
Resultado antes do resultado financeiro e impostos sobre lucro		109.933	47.450	128.513	77.832
Receitas financeiras	25	175.439	52.585	90.414	50.022
Despesas financeiras	25	(239.877)	(80.082)	(152.605)	(70.337)
Resultado financeiro	25	(64.438)	(27.497)	(62.191)	(20.315)
Lucro antes de imposto de renda e da contribuição social		45.495	19.953	66.322	57.517
Imposto de renda e contribuição social correntes	17	-	-	(716)	(716)
Impostos sobre o lucro		-	-	(716)	(716)
Lucro líquido no período		45.495	19.953	65.606	56.801

As notas explicativas são parte integrante das informações intermediárias.

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Períodos findos em 30 de junho de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

	01/01/2020 a 30/06/2020	01/04/2020 a 30/06/2020	01/01/2019 a 30/06/2019	01/04/2019 a 30/06/2019
Lucro líquido no período	45.495	19.953	65.606	56.801
Outros resultados abrangentes				
Itens que serão reclassificados posteriormente para o resultado				
Ganho em hedge de fluxo de caixa	<u>112</u>	<u>(3.404)</u>	<u>(4.214)</u>	<u>(4.214)</u>
Outros resultados abrangentes do período, líquido de impostos	<u>112</u>	<u>(3.404)</u>	<u>(4.214)</u>	<u>(4.214)</u>
Total resultados abrangentes	<u>45.607</u>	<u>16.549</u>	<u>61.392</u>	<u>52.587</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações intermediárias.

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Períodos findos em 30 de junho de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

	<u>Capital social</u>	<u>Ajuste de avaliação patrimonial</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Resultado no período</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2018	<u>1.993.713</u>	<u>(73.336)</u>	<u>(2.773.283)</u>	<u>-</u>	<u>(852.906)</u>
Aumento de capital	701	-	-	-	701
Resultado de <i>hedge accounting</i> de fluxo de caixa	-	(4.214)	-	-	(4.214)
Lucro no período	-	-	-	65.606	65.606
Saldos em 30 de junho de 2019	<u>1.994.414</u>	<u>(77.550)</u>	<u>(2.773.283)</u>	<u>65.606</u>	<u>(790.813)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2019	<u>1.994.416</u>	<u>(188.756)</u>	<u>(2.680.004)</u>	<u>-</u>	<u>(874.344)</u>
Resultado de <i>hedge accounting</i> de fluxo de caixa	-	112	-	-	112
Lucro no período	-	-	-	45.495	45.495
Saldos em 30 de junho de 2020	<u>1.994.416</u>	<u>(188.644)</u>	<u>(2.680.004)</u>	<u>45.495</u>	<u>(828.737)</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações intermediárias.

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto

Períodos findos em 30 de junho de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

	<u>30/06/2020</u>	<u>30/06/2019</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do período	45.495	65.606
Ajustes para:		
Amortização	44.880	50.135
Baixa de intangível, financeiro e contratual	-	28.298
Encargos de dívidas, juros, variações monetárias e cambiais líquidas	191.559	117.519
Provisão para processos cíveis, fiscais e trabalhistas	11.294	25.547
Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa e perda com créditos incobráveis	42.694	(738)
Provisão e atualização de pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	9.782	8.986
(Ganhos) Perdas com instrumentos derivativos	(109.537)	1.685
Valores a receber de parcela A e outros itens financeiros	86.042	63.286
Imposto de renda e contribuição social corrente	-	716
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	(132)	(158)
Ajuste a valor presente	7.919	11.215
Atualização do ativo financeiro	(195)	(342)
Ganho na desativação de bens e direitos	-	(41.956)
Rendimentos de aplicações financeiras	(9.762)	-
Outros	-	(8.707)
	<u>320.039</u>	<u>321.092</u>
Variações nos ativos e passivos, circulante e não circulantes		
Contas a receber de clientes	(51.917)	(64.819)
Contas a receber – bandeiras tarifárias	-	12.219
Serviços pedidos	(8.092)	16.552
Depósitos judiciais	890	(9.078)
Estoques	3.261	610
Impostos e contribuições a recuperar	(9.248)	(996)
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar	(3.457)	(4.202)
Outros créditos a receber	4.670	2.002
Fornecedores	(32.864)	(95.028)
Obrigações e encargos sobre folha de pagamento	(494)	(6.951)
Impostos e contribuições a recolher	(12.121)	21.391
Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher	(475)	(5.484)
Encargos do consumidor	-	2.506
Benefícios pós-emprego	-	(2.539)
Contribuição de iluminação pública	(5.329)	419
Participação nos lucros	(10.202)	-
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	(2.919)	(1.805)
Processos cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatórios	(4.007)	(25.547)
Outras contas a pagar	44.872	31.584
Caixa utilizado nas atividades operacionais	<u>(87.432)</u>	<u>(129.166)</u>
Juros pagos	<u>(42.390)</u>	<u>(253.319)</u>
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais	<u>190.217</u>	<u>(61.393)</u>
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Aquisições no ativo contratual	(169.412)	(259.154)
Aplicações financeiras	(328.702)	-
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	<u>(498.114)</u>	<u>(259.154)</u>
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Aumento de capital	-	701
Amortização de empréstimos e financiamentos	(88.779)	(910.864)
Captação de empréstimos e financiamentos	130.000	300.000
Amortização do passivo de arrendamento	(3.539)	-
Captação de debênture	-	620.000
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	<u>37.682</u>	<u>9.837</u>
Redução em caixa e equivalentes de caixa	<u>(270.215)</u>	<u>(310.710)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	287.854	830.670
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	17.639	519.960
Redução em caixa e equivalentes de caixa	<u>(270.215)</u>	<u>(310.710)</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações intermediárias.

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Demonstração do valor adicionado

Períodos findos em 30 de junho de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

	<u>30/06/2020</u>	<u>30/06/2019</u>
Receitas		
Vendas de produtos e serviços e receitas de construção	1.424.861	1.724.288
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perda com créditos incobráveis	(42.694)	738
Provisão para processos cíveis fiscais e trabalhistas	(3.766)	(38.524)
Outras despesas (receitas) operacionais	(4.266)	(67.063)
Outras despesas (receitas) não recorrentes	(1.668)	-
	<u>1.372.467</u>	<u>1.619.439</u>
Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI)		
Custos dos produtos e dos serviços vendidos	(687.781)	(947.368)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(85.103)	(44.891)
	<u>(772.884)</u>	<u>(992.259)</u>
Valor adicionado bruto	<u>599.583</u>	<u>627.180</u>
Depreciação e amortização	(44.880)	(68.483)
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia	<u>554.703</u>	<u>558.697</u>
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	178.552	90.414
	<u>178.552</u>	<u>90.414</u>
Valor adicionado total a distribuir	<u><u>733.255</u></u>	<u><u>649.111</u></u>
Distribuição do valor adicionado		
Empregados		
Remuneração direta	28.987	(108.646)
Benefícios	9.865	6.448
FGTS	7.394	17.160
Outros	(7.933)	29.269
	<u>38.313</u>	<u>(55.769)</u>
Tributos		
Federais	127.387	167.660
Estaduais	282.376	319.867
Municipais	49	179
	<u>409.812</u>	<u>487.706</u>
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	192.936	152.605
Aluguéis	(242)	(1.037)
Outros	46.941	-
	<u>239.635</u>	<u>151.568</u>
Remuneração de capitais próprios		
Lucro líquido do período	45.495	65.606
	<u>45.495</u>	<u>65.606</u>
Valor adicionado	<u><u>733.255</u></u>	<u><u>649.111</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das informações intermediárias.

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações intermediárias
Período findo em 30 de junho de 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

1 Contexto operacional

A Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A. (“Companhia” ou “Equatorial Piauí”), sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade Teresina, no estado do Piauí, controlada pela Equatorial Energia S.A. A Companhia é a concessionária do serviço público de distribuição e atividades associadas ao serviço de energia elétrica naquele estado, podendo prestar serviços técnicos de sua especialidade na área de concessão que abrange todo o estado do Piauí com 251.577 km², sendo tais atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME.

1.1 Impactos do COVID-19

Em março de 2020, foi declarada pela OMS a pandemia da Covid-19. Desde então, a Companhia tem acompanhado a propagação do vírus no Brasil e no mundo e seus impactos na economia.

Em 25 de março de 2020, a ANEEL publicou a Resolução Normativa nº 878/2020 em resposta às medidas de isolamento social e restrição à mobilidade, e autorizou a flexibilização, até 30 de junho de 2020, de algumas obrigações do contrato de concessão, tais como vedação a suspensão de fornecimento por inadimplemento de unidades consumidoras, que abrangem clientes residenciais e serviços essenciais. As medidas de isolamento, combinado às restrições de suspensão de fornecimento de energia, vem provocando queda no consumo e na arrecadação das concessionárias de distribuição de energia elétrica do Grupo Equatorial.

A Companhia apresentará abaixo os principais efeitos financeiros e econômicos do Covid-19 até a presente data. A Companhia continuará monitorando a evolução da situação e seus impactos e por ser uma empresa regulada tem o seu equilíbrio econômico e financeiro garantido no contrato de concessão.

A Companhia tomou diversas medidas de prevenção para seus colaboradores, evitando que se exponham a situações de risco, como através do cancelamento de viagens nacionais e internacionais, adoção de *home office* e rodízio de colaboradores para evitar aglomerações, utilizações de meios de atendimento remotos, dentre outras. A Companhia continuará atendendo às orientações dos órgãos competentes e poderá adotar novas medidas preventivas, com foco na segurança de seus colaboradores.

Dentre os efeitos pode-se citar:

Foco nos colaboradores:

- (i) Criação de um Comitê de Crise com o objetivo de monitorar os efeitos da crise bem como avaliar medidas a serem tomadas para minimizar tais impactos nos negócios da Companhia;
- (ii) Aplicação de regime de *home office* para todos os trabalhadores cuja função possibilite esta modalidade de trabalho;
- (iii) Para as áreas que realizavam suas atividades em centros de operações, houve uma reavaliação do espaçamento e ajuste nas posições, de forma a garantir a distância adequada e evitar aglomerações;
- (iv) Suspensão de reuniões e treinamentos presenciais, partindo para adoção das práticas somente por videoconferência;
- (v) Distribuição de kit de higienização para veículo e kit de higienização pessoal para os colaboradores que atuam em campo;
- (vi) Disponibilização de máscaras para os colaboradores atuando nas unidades e em campo;
- (vii) Verificação de temperatura corpórea dos colaboradores;
- (viii) Suspensão das viagens internacionais e nacionais, exceção em casos de extrema necessidade;

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de junho de 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

1 Contexto operacional--Continuação

1.1 Impactos do COVID-19--Continuação

- (ix) Reforço na higienização dos ambientes de trabalho, obedecendo as orientações da OMS e Ministério da Saúde; e
- (x) Implantação da telemedicina ocupacional na Companhia.

Foco nos negócios:

- (i) Reavaliação dos gastos gerenciáveis e dos investimentos na distribuição para o ano corrente em função do novo cenário;
- (ii) Ampliação dos serviços disponibilizados pelos canais digitais da Companhia, com destaque para implantação do pagamento pelo cartão de crédito no website da Companhia e possibilidade de cadastramento do consumidor de baixa renda pelo nosso canal de atendimento via WhatsApp;
- (iii) Lançamento de campanha de adimplência para os consumidores, com sorteio de vale compras, vale energia e um carro no período de um ano;
- (iv) Fornecimento e perdas de energia: Houve redução de perda não técnica em torno de 16 GWh se comparado ao mesmo período do ano anterior, ocasionado, principalmente, pelas ações de combate as perdas, mesmo com a impossibilidade de corte de energia durante o período da pandemia. Adicionalmente, houve redução de 3,0% no fornecimento de energia, que corresponde a uma redução de cerca de 27 GWh no período, que foi muito afetado pelas determinações de isolamento social, visto que os primeiros decretos foram editados a partir da segunda metade de março;
- (v) Sobrecontratação: a Companhia ficou exposta em 115,7% de sobrecontratação de energia em função da queda do volume de energia e a mesma será tratada como involuntária; e
- (vi) Provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD): a inadimplência de títulos a receber nas faixas de curto prazo teve um aumento, decorrente do cenário da COVID-19 e consequente postergação dos recebimentos das faturas, ocasionando efeito na provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$ 19.416. As ações de cobrança, por motivo das medidas de saúde pública, foram paralisadas, a partir da última semana de março/2020.

Como um primeiro passo para aliviar os impactos financeiros sofridos pelas distribuidoras, a ANEEL publicou a Resolução Normativa 885/2020 para a criação da Conta Covid , que visa antecipar recursos financeiros para as distribuidoras via ativos regulatórios ou receita de parcela A, além de compensar os efeitos da sobrecontratação em decorrência da pandemia.

O primeiro passo para a solução sistêmica no setor para amenizar os impactos das concessionárias já foi dado, cabendo ainda uma discussão mais à frente sobre reequilíbrio econômico. Vale lembrar que situações similares já foram vivenciadas (acionamento de 2001 e 2002, e efeitos da MP 579/2012) no passado, e ensejaram a construção de soluções sistêmicas, que preservaram o equilíbrio econômico e financeiro do setor como um todo. Assim, além do mecanismo individual de reequilíbrio (Revisão extraordinária), é natural que se tenha uma solução sistêmica, capitaneada pelo Governo Federal.

Vale lembrar que a Companhia trabalha com uma política de caixa conservadora, que busca manter a liquidez robusta, mediante a realização de aplicações em instituições financeiras de primeira linha e em operações com baixo risco de crédito, tais como: títulos de renda fixa, títulos públicos, operações compromissadas, debêntures, CDBs, entre outros.

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de junho de 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

2 Base de preparação e apresentação das informações intermediárias

2.1 Declaração de conformidade

As informações intermediárias, relativas ao período findo em 30 de junho de 2020 foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com o CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Todas as informações relevantes próprias das informações intermediárias estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas informações trimestrais. Desta forma, as informações relevantes próprias das informações trimestrais estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações contábeis intermediárias foi autorizada pela Administração em 21 de agosto de 2020.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis intermediárias da Companhia foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos por meio de resultado e outros resultados abrangentes, quando requerido nas normas.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As informações intermediárias da Companhia são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações intermediárias apresentadas em Real foram arredondadas para milhares, exceto quando indicado de outra forma.

3 Principais políticas contábeis

Essas informações intermediárias foram elaboradas segundo princípios, práticas e critérios consistentes com aqueles adotados na elaboração das demonstrações contábeis do último exercício social e devem ser analisadas em conjunto com a Nota 4 – Principais políticas contábeis, das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2019, as quais foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de junho de 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

4 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>30/06/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Depósitos bancários à vista	16.609	55.512
Investimentos e fundos de investimentos (a)		
Certificado de Depósito Bancário – CDB	1.030	19.107
Fundo Aberto	-	30.829
	<u>1.030</u>	<u>49.936</u>
Fundo de investimento (Exclusivo) (a)		
Operações compromissadas	-	182.406
	<u>-</u>	<u>182.406</u>
Total de investimentos e fundos de investimento	<u>1.030</u>	<u>232.342</u>
Total	<u>17.639</u>	<u>287.854</u>

- (a) Referem-se a Fundos de Investimentos, CDB - Certificados de Depósitos Bancários e Operações Compromissadas, de alta liquidez e possuem baixo risco de crédito. Tais aplicações estão disponíveis para utilização nas operações da Companhia, prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor, ou seja, são ativos financeiros com liquidez imediata. Adicionalmente, os fundos exclusivos, são investimentos em cotas (FIC), administrados pela instituição financeira, que aloca seus recursos em cotas de diversos fundos abertos de baixo risco, insignificante variação de rentabilidade e alta liquidez, não tendo participação relevante e gestão no patrimônio líquido do fundo aplicado, ou seja, sem exceder 10% do PL. Logo, esses investimentos são classificados como caixa e equivalentes de caixa, conforme CPC 03(R2) - Demonstrações de Fluxo de Caixa.

A carteira global é remunerada pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), logo, a rentabilidade média ponderada da carteira no período findo em 30 de junho de 2020 equivale a 97,03% a.a. (98,20% a.a. em 31 de dezembro de 2019).

5 Investimento de curto prazo

	<u>30/06/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Fundo de investimento (Exclusivo)		
Cotas de fundos de investimento	556.945	126.866
Títulos Públicos	-	91.799
Provisão de IR	-	(178)
Contas a Pagar/Receber	-	(6)
	<u>-</u>	<u>(6)</u>
Total	<u>556.945</u>	<u>218.481</u>

Os fundos de investimentos que representam operações de baixo risco em instituições financeiras de primeira linha e são compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade, tais como: títulos de renda fixa, títulos públicos, operações compromissadas, debêntures, CDBs, entre outros, de acordo com a política de investimento da Companhia. Adicionalmente, os fundos exclusivos, são investimentos em cotas (FIC), administrado pela instituição financeira, que alocam seus recursos em cotas de diversos fundos abertos com suscetibilidade de variação do valor, não tendo participação relevante e gestão no patrimônio líquido do fundo aplicado, ou seja, sem exceder 10% do PL. Logo, a Companhia não possui gestão e controle direto sobre exposição, direitos, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento e capacidade de utilizar seu poder para afetar o valor dos retornos sobre esses investimentos, conforme CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas.

A carteira global é remunerada pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), logo, a rentabilidade média ponderada da carteira no período findo em 30 de junho de 2020 equivale a 93,33% a.a. (98,5% a.a. em 31 de dezembro de 2019).

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de junho de 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

6 Contas a receber de clientes

6.1 Composição dos saldos

	<u>30/06/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Residencial	190.093	163.148
Industrial	45.576	32.691
Comercial	62.319	72.921
Rural	14.268	14.694
Poder público	29.259	28.921
Iluminação pública	29.346	26.042
Serviço público	32.834	17.370
Contas a receber de consumidores faturados	<u>403.695</u>	<u>355.787</u>
Contas a receber de consumidores não faturados (a)	<u>59.363</u>	<u>69.104</u>
Residencial	234.436	216.292
Industrial	6.814	4.901
Comercial	61.638	44.890
Rural	10.115	9.891
Poder público	145.777	138.217
Iluminação pública	46.402	48.361
Serviço público	11.699	16.108
Parcelamentos (b)	<u>516.881</u>	<u>478.660</u>
(-) AVP Contas a receber - Parcelamentos (c)	(53.449)	(56.747)
Baixa renda (d)	9.148	7.928
Outras	<u>12.030</u>	<u>14.082</u>
Total	<u>947.668</u>	<u>868.814</u>
(-) Perdas esperadas para redução ao valor recuperável do contas a receber	<u>(238.004)</u>	<u>(171.672)</u>
Total contas a receber clientes	<u><u>709.664</u></u>	<u><u>697.142</u></u>
Circulante	483.860	486.082
Não circulante	225.804	211.060

- (a) Corresponde à energia elétrica distribuída, mas não faturada para os consumidores e o seu faturamento é efetuado tomando como base os ciclos de leitura, que em alguns casos sucedem ao período de encerramento contábil;
- (b) A política de parcelamentos sobre faturas de energia elétrica da Companhia prever o prazo de até 48 vezes, e com a aplicação de taxa de juros de até 1% a.m. Para os parcelamentos anteriormente firmados sem juros ou com taxas baixas, a Companhia efetuou o respectivo ajuste a valor presente;
- (c) Ajuste a valor presente sobre o saldo de parcelamentos de longo prazo calculado utilizando a taxa de 9,1% a.a.; e
- (d) O Governo Federal, por meio das leis nº 12.212 e nº 10.438, determinou a aplicação da tarifa social de baixa renda com a finalidade de contribuir para a modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica aos consumidores finais integrantes da subclasse residencial baixa renda.

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de junho de 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

6 Contas a receber de clientes--Continuação

6.2 Perdas esperadas para redução ao valor recuperável do contas a receber

	31/12/2019	Provisões (adições) (i)	Reversões (baixas) (i)	30/06/2020
Contas a receber de consumidores faturados	30.792	93.500	(26.481)	97.811
Parcelamentos	126.630	24.886	(7.405)	144.111
Contas a receber de consumidores não faturados	1.196	613	(99)	1.710
Outras	13.054	23.273	(41.955)	(5.628)
Total	171.672	142.272	(75.940)	238.004

	31/12/2018	Provisões (adições)	Reversões (baixas)	30/06/2019
Contas a receber de consumidores faturados	93.244	20.599	(17.054)	96.789
Parcelamentos	170.706	2.765	(51.008)	122.463
Outras	31.287	-	(3.812)	27.475
Total	295.237	23.364	(71.874)	246.727

- (i) A Companhia revisou a sua estimativa contábil de provisionamento de títulos vencidos do contas a receber, de forma que, o efeito líquido no período findo em 30 de junho de 2020, referente à provisão e à reversão de provisão de perda por valor recuperável do contas a receber foi de R\$ 66.332. Nesse processo, também, reconheceu recuperação de perdas de títulos baixados no valor R\$ 23.638, gerando um impacto líquido de R\$ 42.694 no resultado operacional.

6.3 Contas a receber de consumidores faturados

	30/06/2020			Total
	SalDOS a vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	
Residencial	40.330	79.321	70.442	190.093
Industrial	8.708	3.079	33.789	45.576
Comercial	26.871	18.940	16.508	62.319
Rural	5.807	4.342	4.119	14.268
Poder público	12.802	10.026	6.431	29.259
Iluminação pública	8.728	4.831	15.787	29.346
Serviço público	7.608	11.011	14.215	32.834
Total fornecimento faturado	110.854	131.550	161.291	403.695

	31/12/2019			Total
	SalDOS a vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	
Residencial	45.551	88.377	29.220	163.148
Industrial	10.010	3.625	19.056	32.691
Comercial	39.958	17.352	15.611	72.921
Rural	5.871	4.736	4.087	14.694
Poder público	16.787	7.876	4.258	28.921
Iluminação pública	24.389	594	1.059	26.042
Serviço público	9.488	3.563	4.319	17.370
Total fornecimento faturado	152.054	126.123	77.610	355.787

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de junho de 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

6 Contas a receber de clientes--Continuação

6.4 Parcelamentos

30/06/2020				
	Saldos a vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total
Residencial	206.991	11.559	15.886	234.436
Industrial	4.004	280	2.530	6.814
Comercial	54.003	1.988	5.647	61.638
Rural	6.329	556	3.230	10.115
Poder público	133.852	1.809	10.116	145.777
Iluminação pública	45.776	72	554	46.402
Serviço público	10.538	195	966	11.699
Total do parcelamento	461.493	16.459	38.929	516.881

31/12/2019				
	Saldos a vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total
Residencial	200.672	8.969	6.651	216.292
Industrial	3.429	275	1.197	4.901
Comercial	39.544	1.686	3.660	44.890
Rural	6.669	428	2.794	9.891
Poder público	127.075	1.522	9.620	138.217
Iluminação pública	47.832	49	480	48.361
Serviço público	14.640	292	1.176	16.108
Total do parcelamento	439.861	13.221	25.578	478.660

Aging parcelamentos a vencer

30/06/2020					
	2020	2021	2022	Após 2022	Total
Residencial	83.424	34.726	30.581	58.260	206.991
Industrial	2.558	488	325	633	4.004
Comercial	18.633	9.021	8.366	17.983	54.003
Rural	3.680	744	595	1.310	6.329
Poder público	17.847	9.180	9.421	97.404	133.852
Iluminação pública	6.873	3.742	3.714	31.447	45.776
Serviço público	1.614	751	762	7.411	10.538
Total a vencer	134.629	58.652	53.764	214.448	461.493

Aging parcelamentos vencidos em 30 de junho de 2020 há mais de 90 dias

30/06/2020					
	Venc. 91 à 360 dias	Venc. de 361 à 720 dias	Venc. de 721 à 1080 dias	venc. de 1081 à 1530 dias	Total
Residencial	14.322	589	105	870	15.886
Industrial	629	168	805	928	2.530
Comercial	2.966	547	1.098	1.036	5.647
Rural	797	439	361	1.633	3.230
Poder Público	2.197	2.101	1.673	4.145	10.116
Iluminação Pública	144	209	151	50	554
Serviço Público	430	339	-	197	966
Total de parcelamentos	21.485	4.392	4.193	8.859	38.929

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de junho de 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

7 Valores a receber (devolver) da parcela A e outros itens financeiros

	<u>31/12/2019</u>	<u>Constituição</u>	<u>Atualização</u>	<u>Amortizações</u>	<u>30/06/2020</u>
Parcela A					
CDE - conta de desenvolvimento energético	(2.471)	6.689	(321)	(9.922)	(6.025)
PROINFA - Programa de incentivo às fontes alternativas de energia elétrica	4.009	(3.114)	22	(2.156)	(1.239)
Rede básica	18.122	(1.787)	275	(4.430)	12.180
Compra de energia CVA (a)	161.680	9.160	2.293	(50.001)	123.132
ESS – encargos do serviço do sistema (b)	(45.549)	(29.413)	(925)	8.334	(67.553)
	<u>135.791</u>	<u>(18.465)</u>	<u>1.344</u>	<u>(58.175)</u>	<u>60.495</u>
Itens financeiros					
Sob contratação de energia (c)	77.386	24.292	(194)	(28.923)	72.561
Neutralidade (d)	(5.213)	1.077	(53)	785	(3.404)
CEPISA violação do limite de continuidade	(43)	-	(1)	22	(22)
Ultrapassagem de demanda e reativo excedente (e)	(8.364)	(3.929)	-	4.193	(8.100)
Ativos setoriais RGR (f)	136.815	-	3.413	-	140.228
Outros	(38.666)	350	4	(11.782)	(50.094)
	<u>161.915</u>	<u>21.790</u>	<u>3.169</u>	<u>(35.705)</u>	<u>151.169</u>
Total	<u>297.706</u>	<u>3.325</u>	<u>4.513</u>	<u>(93.880)</u>	<u>211.664</u>
Ativo (Passivo)					
Circulante	115.181				22.558
Não circulante	182.525				189.106

- (a) O saldo da CVA (compensação de variação de itens da parcela A) de energia foi impactado pelo o aumento dos custos da operação do efeito disponibilidade e da exposição financeira, resultantes dos custos repassados às distribuidoras para atendimento do mercado, gerando uma CVA positiva no período de R\$ 59.664. Referente aos contratos de energia, em 2020 a constituição de CVA foi negativa (passiva) em R\$ 50.504, o que reflete um preço médio de pagamento menor em relação à cobertura tarifária. O saldo também foi afetado pela redução do saldo amortizar do reajuste de 2019, cuja amortização para esse período foi de R\$ (50.001);
- (b) O Encargo de Serviço do Sistema-ESS está relacionado ao pagamento de Usinas Térmicas despachadas e que operam com o preço de compra acima do PLD (Preço de Liquidação das Diferenças). A medida de despachar essas térmicas é tomada pelo Operador Nacional do Sistema-ONS para garantir a segurança energética do sistema. No reajuste tarifário periódico da Companhia, o valor de previsão desse encargo concedido pela ANEEL foi maior que os custos efetivamente pagos, acrescido do recebimento de Receitas via Conta de Energia de Reserva, a CONER, o que no procedimento de modicidade tarifária resulta na recomposição via passivo regulatório. Com isso, até o período findo em 30 de junho de 2020, a conta de Encargos de Serviços de Sistema (ESS) realizou-se abaixo da cobertura tarifária, o que resultou em uma constituição passiva de R\$ 29.413;
- (c) No período findo em 30 de junho de 2020, devido à quantidade contratada ser superior a energia requerida, o cenário apresenta uma venda de energia no mercado spot (energia negociada no mercado à vista), sendo esta quantidade valorada ao PLD médio de R\$ 109,09. Em virtude da venda no mercado de curto prazo ocorrer a um PLD médio inferior ao preço médio de compra de energia da distribuidora, o resultado deve ser a constituição do ativo de sobrecontratação;
- (d) A neutralidade refere-se ao cálculo das diferenças mensais apuradas entre os valores de cada item faturados no período de referência e os respectivos valores contemplando no processo tarifário anterior, devidamente atualizadas pela taxa SELIC. Para o período de 2020, foi constituído uma cva ativa no valor R\$ 1.077 e um amortização de R\$ 785, resultado na redução do saldo passivo existente;
- (e) A Resolução Normativa nº 414/2010 estabelece a obrigatoriedade na cobrança de demandas que excederem em mais de 5% os valores previamente contratados por ponto de conexão, sendo esta chamada “Ultrapassagem de Demanda”. Além disso, também determina que seja aplicada cobrança sobre os montantes de energia reativa e demanda de potência reativa que infringirem o limite que resulte em fator de potência igual a 0,92, sendo chamado “Excedente de Reativos”. O tratamento destas receitas adicionais auferida pelas distribuidoras é calculada conforme o Submódulo 2.1 do PRORET (Procedimentos de Regulação Tarifária); e
- (f) Este saldo de CVA é oriundo do empréstimo aprovado pela ANEEL a título de RGR (Reserva Global de Reversão) e repassado através da CCEE. O empréstimo foi aprovado devido à necessidade de recursos extraordinários durante o período em que a Companhia foi considerada pela ANEEL como Distribuidora Designada, atuando como prestadora de serviços até a sua privatização. No período findo em junho de 2020, registrou-se valor correspondente a ajuste a valor presente dos saldos em função da alteração das condições contratuais definidas no novo contrato de concessão para a dívida correspondente ao ativo financeiro setorial.

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de junho de 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

7 Valores a receber (devolver) da parcela A e outros itens financeiros--Continuação

Com relação ao montante de reconhecimento das baixas dos ativos e passivos regulatórios no referido período, tais valores referem-se as diferenças entre os custos homologados pela ANEEL no processo de RTA - Reajuste Tarifário Anual quanto aos valores de Parcela A e demais componentes financeiros, que são incluídos nas tarifas no início do período tarifário e aqueles efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Os respectivos valores são realizados ao término do período tarifário, ou seja, na data do reajuste tarifário, ocorrendo a amortização dos saldos remanescentes, bem como a extinção dos saldos apurados e não recuperados.

No mês de dezembro de 2019, à ANEEL apurou o índice do reajuste tarifário da Companhia adequando suas despesas da Parcela A (custo não gerenciáveis, como compra de energia, encargos setoriais, encargos de transmissão) e atualizando a Parcela B (custos gerenciáveis), com o efeito médio de reajuste em -7,16% (sete vírgula dezesseis por cento). A Resolução Homologatória nº 2.644, de 26 de novembro de 2019, homologou as novas tarifas que entrariam em vigor no dia 02 de dezembro de 2019 com vigência até 01 de dezembro de 2020, entretanto foram suspensas em virtude da decisão proferida, em 3 de dezembro de 2019, pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região, nos autos do Agravo de Instrumento nº 0002459-43.2019.4.01.0000. Desta forma, na área de concessão da Companhia, à ANEEL publicou o despacho 3.405/2019 prorrogando as tarifas fixadas pela Resolução Homologatória nº 2.490, de 27 de novembro de 2018, enquanto vigorar a decisão judicial.

8 Impostos e contribuições a recuperar

	<u>30/06/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Circulante		
ICMS a recuperar (CIAP) (a)	13.382	10.541
PIS e COFINS	6.208	6.197
PIS e COFINS a recuperar (ICMS) (b)	155.269	742
Outros	<u>13</u>	<u>-</u>
Total circulante	<u>174.872</u>	<u>17.480</u>
Não circulante		
ICMS a recuperar (CIAP) (a)	23.073	16.690
PIS e COFINS a recuperar (ICMS) (b)	<u>308.085</u>	<u>461.789</u>
Total não circulante	<u>331.158</u>	<u>478.479</u>
Totais impostos e contribuições a recuperar	<u>506.030</u>	<u>495.959</u>

- (a) A Companhia possui impostos a recuperar referentes a créditos de ICMS sobre aquisição de materiais destinados ao ativo operacional, apropriados à proporção de 1/48 avos; e
- (b) A Companhia possui um ativo referente a PIS/COFINS a recuperar de R\$ 463.354 (R\$ 462.531 em 31 de dezembro de 2019), baseada na opinião de seus assessores jurídicos após publicação do Acórdão do julgamento do Recurso extraordinário julgado pelo Supremo Tribunal Federal - STF, e suportado pelo trânsito e julgado da Ação, conforme nota explicativa nº 20.

Em 30 de junho de 2020, a Companhia possui habilitação dos créditos pela Receita Federal e o saldo classificado no ativo circulante no montante de R\$ 155.269 será realizado mediante compensação dos seguintes tributos federais até o próximo exercício: imposto de renda e contribuição social, PIS e COFINS e retenções federais.

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de junho de 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

9 Partes relacionadas

Em 30 de junho de 2020 a Companhia possui movimentações com partes relacionadas, principalmente dos contratos de compartilhamentos, dividendos, entre outros, com as empresas descritas abaixo:

Outros créditos a receber e a pagar		30/06/2020			31/12/2019	
		Ativo	Passivo	Efeito no Resultado	Ativo	Passivo
Companhias						
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(a)	1.029	-	5.752	1.006	-
55 Soluções S.A.	(b)	-	(906)	(2.539)	-	(1.327)
Fundação CEPISA de Seguridade Social	(c)	-	-	-	-	(413)
Equatorial Energia Fundação de Previdência		-	(96)	(18.633)	-	-
Equatorial Telecomunicações S.A.	(d)	-	(368)	(1.549)	-	(197)
Geradora de Energia do Maranhão S.A.	(e)	-	-	(371)	-	-
Integração Transmissora de Energia S.A.	(f)	-	(19)	(406)	-	(94)
Equatorial Transmissora 1 SPE S.A.		-	(9)	(34)	-	-
Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.		-	(9)	(115)	-	-
Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.	(f)	-	(12)	(206)	-	(20)
Total		1.029	(1.419)	(18.101)	1.006	(2.051)

Fornecedores

		31/12/2019
Companhias		Passivo
55 Soluções S.A.	(b)	(1.327)
Equatorial Telecomunicações S.A.	(d)	(197)
Total		(1.524)

- (a) Os valores com a Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A. são provenientes do uso da rede de distribuição da Equatorial Piauí para distribuição de energia em municípios na fronteira entre Piauí e Maranhão;
- (b) Os valores com a 55 Soluções S.A. são provenientes do contrato de serviços de recursos humanos, administrativos e despesas incorridas, com prazo de duração indeterminado;
- (c) Os valores com a Fundação CEPISA de Seguridade Social são provenientes das contribuições da patrocinadora Equatorial Piauí com sua Fundação de Previdência Complementar. As condições do plano de previdência da EQTL-PI com a FACEPI;
- (d) Os valores com a Equatorial Telecomunicações S.A. são provenientes do contrato de serviços de telefonia onde usa uma integração através do uso intensivo das telecomunicações de internet que usa os serviços de fibra ótica;
- (e) Os valores com Geradora de Energia do Maranhão S.A. são provenientes do contrato de compra de energia elétrica que é pactuado em condições normais de mercado; e
- (f) Os valores com as empresas Integração Transmissora de Energia S.A. e Equatorial Transmissora 8 SPE S.A. são provenientes dos contratos de suprimento de energia elétrica que são pactuados em condições normais de mercado.

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de junho de 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

9 Partes relacionadas--Continuação

Remuneração de pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui os Conselheiros de Administração, o Presidente e Diretores. A remuneração anual total foi fixada em até R\$ 9.000, conforme Ata da Reunião do Conselho de Administração, realizada em 02 de junho de 2020.

Os diretores da Companhia não mantêm nenhuma operação de empréstimos, adiantamentos e outros com a Companhia, além dos seus serviços normais.

Em 30 de junho de 2020 e em 31 de dezembro de 2019, a Companhia não possui para suas pessoas chave da Administração remuneração nas categorias de: a) benefícios de longo prazo; b) benefícios de rescisão de contrato de trabalho; e c) remuneração baseada em ações.

Os benefícios pós-empregos estão descritos na nota explicativa nº 26 e referem-se aos planos de benefícios de aposentadoria e pensão com o objetivo de complementar e suplementar os benefícios pagos pelo sistema oficial da previdência social.

Proporção de cada elemento na remuneração total, referente ao período findo em 30 de junho de 2020:

	Conselho de Administração	%	Diretoria Estatutária	%	Total
Números de membros	3		8		11
Remuneração fixa anual	8	100%	1.010	100%	1.018
Salário ou Pró-labore	8	100%	992	98%	1.000
Benefícios diretos e indiretos	-	-	18	2%	18
Valor total da remuneração por órgão	8	100%	1.010	100%	1.018

Garantias

A Equatorial Energia S.A., controladora da Equatorial Piauí, presta garantia como avalista ou fiadora da Companhia sem ônus nos contratos de financiamentos abaixo listados:

Instituição	Valor do financiamento	% do aval	Início	Término	Valor liberado	30/06/2020
1ª Emissão de Debêntures	400.000	100	26/12/2018	06/12/2021	400.000	420.856
2ª Emissão de Debêntures	620.000	100	21/06/2019	21/06/2023	620.000	632.510
CITI 77MM USD	300.000	100	05/04/2019	05/04/2022	300.000	325.984
Apólice Seguros	143.722	100	23/10/2018	20/09/2024	-	-
SANTANDER CCB	130.000	100	16/01/2020	27/12/2023	130.000	132.617
Total	1.593.722				1.450.000	1.511.967

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de junho de 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

10 Ativo financeiro da concessão

A movimentação dos saldos referentes ao ativo financeiro da concessão está conforme a seguir demonstrada:

	<u>31/12/2019</u>	<u>Atualização do ativo financeiro (a)</u>	<u>Transferência – Ativo de contrato (c)</u>	<u>Transferência – Ativo intangível (c)</u>	<u>30/06/2020</u>
Ativo financeiro	24.192	195	11.429	(106)	35.710
Total ativo financeiro da concessão	<u>24.192</u>	<u>195</u>	<u>11.429</u>	<u>(106)</u>	<u>35.710</u>

	<u>31/12/2018</u>	<u>Atualização do ativo financeiro (a)</u>	<u>Transferência Ativo de contrato (c)</u>	<u>Reclassificação</u>	<u>31/12/2019</u>
Ativo financeiro	11.017	595	8.368	4.212	24.192
Obrigações especiais (b)	(2)	-	-	2	-
Total ativo financeiro da concessão	<u>11.015</u>	<u>595</u>	<u>8.368</u>	<u>4.214</u>	<u>24.192</u>

A concessão da Companhia não é onerosa, desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao poder concedente;

- (a) Visando a melhor estimativa da indenização ao final da concessão, o ativo financeiro é revisado mensalmente, considerando a atualização pelo IPCA, por ser este um dos principais critérios de atualização utilizada pelo regulador nos processos de reajuste tarifário;
- (b) Representam substancialmente recursos da União Federal, dos Estados e dos Municípios e pela participação de consumidores, vinculados à realização de investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica. As obrigações especiais são calculadas com base na participação da fonte de recurso, a saber: i) Os recursos da União são calculados pelo percentual estabelecido no contrato; e ii) Os demais recursos se enquadram na resolução 414/2010 da ANEEL; e
- (c) Correspondem às transferências (bifurcação) dos ativos de contrato para o intangível em serviço e ativo financeiro da concessão.

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de junho de 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

11 Intangível

O ativo intangível está constituído conforme a seguir demonstrado:

30/06/2020					
	Taxas anuais (%)	Custo	Amortização	(-) Obrigações Vinculadas à Concessão	Valor líquido
Em serviço	4,23%	2.764.823	(893.838)	(498.066)	1.372.919
Total		2.764.823	(893.838)	(498.066)	1.372.919

31/12/2019					
	Taxas anuais (%)	Custo	Amortização	(-) Obrigações Vinculadas à Concessão	Valor líquido
Em serviço	3,95%	2.584.603	(838.524)	(512.629)	1.233.450
Total		2.584.603	(838.524)	(512.629)	1.233.450

O ativo intangível é composto pelo direito de uso dos bens vinculados ao contrato de serviço de concessão amortizáveis pela vida útil do bem e limitado à data do contrato de concessão até outubro de 2048, conforme ICPC 01(R1).

Movimentação do ativo intangível

	31/12/2019	Adições	Transferência ativo de contrato (b)	Transferência ativo financeiro (b)	30/06/2020
Em serviço	2.584.603	-	180.114	106	2.764.823
(-) Amortização	(838.524)	(55.314)	-	-	(893.838)
Total em serviço	1.746.079	(55.314)	180.114	106	1.870.985
Obrigações especiais em serviço (c)	(729.319)	-	-	-	(729.319)
(-) Amortização	216.690	14.563	-	-	231.253
Total em obrigações especiais	(512.629)	14.563	-	-	(498.066)
Total	1.233.450	(40.751)	180.114	106	1.372.919

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de junho de 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

11 Intangível--Continuação

	31/12/2018	Adições	Baixas (a)	Transferência (b)			31/12/2019
				Ativo de Contrato	Obrigações especiais	Reclassificação	
Em serviço	1.612.830	-	(107.997)	589.301	-	490.469	2.584.603
(-) Amortização	(297.343)	(105.286)	47.955	-	-	(483.850)	(838.524)
Total em serviço	1.315.487	(105.286)	(60.042)	589.301	-	6.619	1.746.079
Obrigações especiais em serviço (c)	(726.024)	-	118.722	-	(122.015)	(2)	(729.319)
(-) Amortização	205.670	11.020	-	-	-	-	216.690
Total em obrigações especiais	(520.354)	11.020	118.722	-	(122.015)	(2)	(512.629)
Total	795.133	(94.266)	58.680	589.301	(122.015)	6.617	1.233.450

- (a) Durante o processo de revisão tarifária, que teve sua data de corte em 30 de junho de 2019, a variação das baixas foi maior no período, devido ao grande volume de projetos/obras que foram desativadas, ou descontinuadas;
- (b) Correspondem às transferências (bifurcação) dos ativos de contrato para o intangível em serviço e ativo financeiro da concessão; e
- (c) Obrigações especiais representam substancialmente recursos da União Federal, dos Estados e dos Municípios e pela participação de consumidores, vinculados à realização de investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica. As baixas no Intangível das obrigações especiais foram referentes à devolução de tranches PLPT e ajuste de KIT padrão.

A Companhia avaliou e não tem qualquer indicativo de que o valor contábil dos bens exceda seu valor recuperável.

12 Ativos contratuais

O ativo de contrato está constituído conforme a seguir demonstrado:

	30/06/2020		
	Custo	(-) Obrigações vinculadas à concessão	Valor líquido
Ativo Contratual	256.254	(84.980)	171.274
Total	256.254	(84.980)	171.274
	31/12/2019		
	Custo	(-) Obrigações vinculadas à concessão	Valor líquido
Ativo Contratual	272.970	(79.565)	193.405
Total	272.970	(79.565)	193.405

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de junho de 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

12 Ativos contratuais--Continuação

Movimentação do ativo de contrato

	31/12/2019	Adições	Transferências (b)		30/06/2020
			Ativo intangível	Ativo financeiro	
Ativo contratual	272.970	174.827	(180.114)	(11.429)	256.254
Obrigações especiais (a)	(79.565)	(5.415)	-	-	(84.980)
Total	193.405	169.412	(180.114)	(11.429)	171.274

	31/12/2018	Adições	Transferências (b)		Baixas (c)	31/12/2019
			Ativo intangível	Ativo financeiro		
Ativo contratual	456.031	483.238	(589.301)	(8.368)	(68.630)	272.970
Obrigações especiais (a)	(206.627)	5.047	122.015	-	-	(79.565)
Total	249.404	488.285	(467.286)	(8.368)	(68.630)	193.405

- (a) Obrigações especiais representam, substancialmente, recursos da União Federal, dos Estados e dos Municípios e pela participação de consumidores, vinculados à realização de investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica;
- (b) Correspondem às transferências (bifurcação) dos ativos de contrato para o intangível em serviço e ativo financeiro da concessão; e
- (c) Baixas referentes a equipamentos que foram avariados, danificados ou queimados em campo, não havendo mais condições de operar.

A Companhia avaliou o impacto e concluiu como baixo o risco de não recebimento e perda associada, pois os mesmos serão remunerados, a partir da entrada em serviço, (i) por meio do incremento da tarifa cobrada dos clientes, através dos ciclos de Revisão Tarifária Periódica, compondo a receita de tarifa faturada aos consumidores, ou ainda (ii) pelo direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura do serviço público. Dessa forma, não foi identificado nenhum indicativo de *impairment*, e, conseqüentemente, nenhuma provisão foi constituída no período findo em 30 de junho de 2020. Os valores dos bens em construção estão sujeitos à fiscalização da ANEEL.

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de junho de 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

13 Fornecedores

	<u>30/06/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Suprimento de energia elétrica (a)	119.248	161.650
Encargos de uso da rede elétrica	17.002	16.464
Materiais e serviços	205.629	197.281
Repasse de energia livre	19.369	19.174
Cauções em garantia – Fornecedores	<u>1.334</u>	<u>877</u>
Total fornecedores	<u>362.582</u>	<u>395.446</u>

- (a) O saldo de 30 de junho em relação a dezembro de 2019 teve redução devido dos custos das operações com a CCEE- Efeito Disponibilidade, Efeito da Contratação de Cotas de Garantia e Exposição Financeira que são valoradas ao PLD, o qual teve uma redução de R\$ 227,30 para R\$ 68,83 às distribuidoras para atendimento do mercado, o que acarretou uma redução na despesa de R\$ 21,98. As despesas com os contratos de Energia tiveram uma redução no preço médio de pagamento em valores nominais de R\$ 177,62 para R\$ 159,06 em 30 de junho de 2020, que representou uma redução do saldo de R\$ 18,67 em virtude de uma menor despesa com a parcela variável das térmicas.

14 Empréstimos e financiamentos

Composição do saldo

	Custo médio da dívida (% a.a.)	Garantias	<u>30/06/2020</u>		
			<u>Principal e encargos</u>		
			<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Total</u>
Moeda estrangeira (US\$)					
CCBI Banco Citibank S.A.	5,22%	Aval	<u>2.465</u>	<u>422.922</u>	<u>425.387</u>
Total moeda estrangeira US\$			<u>2.465</u>	<u>422.922</u>	<u>425.387</u>
Moeda nacional					
Eletrobrás – Centrais Elétricas Brasileiras S.A.	4,72%	Recebíveis	172.610	477.577	650.187
CCEE/RGR/ANEEL	5,00%	Recebíveis	-	1.083.605	1.083.605
BNDES	6,14%	-	-	205.380	205.380
Santander S.A	5,63%	Recebíveis	<u>2.617</u>	<u>130.000</u>	<u>132.617</u>
Subtotal	5,07%		<u>175.227</u>	<u>1.896.562</u>	<u>2.071.789</u>
(-) Ajuste a valor presente - AVP	11,53%		-	<u>(635.669)</u>	<u>(635.669)</u>
Total moeda nacional	7,82%		<u>175.227</u>	<u>1.260.893</u>	<u>1.436.120</u>
Total empréstimos e financiamentos	7,24%		<u>177.692</u>	<u>1.683.815</u>	<u>1.861.507</u>

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de junho de 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

14 Empréstimos e financiamentos—Continuação

	Custo médio da dívida (% a.a.)	Garantias	31/12/2019		
			Principal e encargos		
			Circulante	Não circulante	Total
Moeda estrangeira (US\$)					
CCBI Banco Citibank S.A.	6,55%	Aval	2.414	313.267	315.681
Total moeda estrangeira US\$			2.414	313.267	315.681
Moeda nacional					
Eletrobrás – Centrais Elétricas Brasileiras S.A.	6,03%	Recebíveis	176.084	562.871	738.955
CCEE/RGR/ANEEL	5,00%	Recebíveis	-	1.057.203	1.057.203
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES	8,41%	-	153	200.255	200.408
Subtotal	5,72%		176.237	1.820.329	1.996.566
(-) Ajuste a valor presente – AVP	12,41%		-	(646.887)	(646.887)
Total moeda nacional	10,13%		176.237	1.173.442	1.349.679
Total empréstimos e financiamentos	9,45%		178.651	1.486.709	1.665.360

Em 30 de junho de 2020 os valores em empréstimos e financiamentos possuem um custo médio de 7,24% a.a., equivalente a 157,2% do CDI (de 9,45 % a.a., equivalente a 158,2% do CDI, em 31 de dezembro de 2019), considerando o ajuste a valor presente.

Cronograma de amortização da dívida

Em 30 de junho de 2020, as parcelas relativas aos empréstimos e financiamentos apresentavam os seguintes vencimentos:

Vencimento	30/06/2020	
	Valor	%
Circulante	177.692	10%
2021	90.498	5%
2022	587.531	32%
2023	249.927	13%
2024	156.906	8%
Após 2024	1.234.622	66%
Subtotal	2.319.484	124%
Ajuste a valor presente (Não circulante)	(635.669)	(34%)
Não circulante	1.683.815	90%
Total	1.861.507	100%

A Companhia possui empréstimos com BNDES no montante de R\$ 205.380 e aderiu ao *standstill* proposto pelo Banco, com assinaturas do aditivo em 08/05/2020, para suspensão temporária de pagamento de juros remuneratórios e principal por seis meses, entre abril e setembro de 2020, com a capitalização do montante não pago e sem alteração de prazo final.

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de junho de 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

14 Empréstimos e financiamentos--Continuação

A movimentação da conta de empréstimos e financiamentos está conforme a seguir demonstrada:

	Moeda nacional		Moeda estrangeira (US\$)		Total
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	
Saldos em 31 de dezembro de 2019	176.237	1.173.442	2.414	313.267	1.665.360
Ingressos (a)	-	130.000	-	-	130.000
Encargos	33.724	28.653	15.904	-	78.281
Variação monetária e cambial	(11.783)	2.886	(10.045)	109.655	90.713
Transferências	74.088	(74.088)	-	-	-
Amortizações de principal	(88.779)	-	-	-	(88.779)
Pagamentos de juros	(19.478)	-	(5.808)	-	(25.286)
Ajuste a valor presente	11.218	-	-	-	11.218
Saldos em 30 de junho de 2020	175.227	1.260.893	2.465	422.922	1.861.507

- (a) Em 16 de janeiro de 2020, foi celebrado contrato de financiamento com o Santander, recurso captado no montante de R\$ 130.000. Tal recurso destina-se à investimento da Companhia, com custo de CDI + 0,98% a.a. com vencimento final em 27 de dezembro de 2023. Em 30 de junho de 2020, o saldo remanescente é de R\$ 132.617 e a taxa efetiva dessa operação é de 5,63% a.a.

Covenants e garantias dos empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia possuem garantias financeiras e *covenants* não financeiros e financeiros, cujo não cumprimento, durante o período de apuração, poderá acarretar no vencimento antecipado dos contratos. No período findo em 30 de junho de 2020, a apuração ainda não é aplicável à Companhia, visto que está sendo apurado anualmente conforme estipulado em contrato na controladora, Equatorial Energia S.A., de forma consolidada, até que a Companhia atinja o índice necessário para apuração de forma individual.

15 Debêntures

A movimentação das debêntures do exercício está conforme a seguir demonstrada:

	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	4.046	1.019.432	1.023.478
Encargos	84.216	-	84.216
Variação monetária	(62.114)	-	(62.114)
Pagamento de juros	(15.380)	-	(15.380)
Custo de captação	117	-	117
Transferências	(117)	117	-
Saldos em 30 de junho de 2020	10.768	1.019.549	1.030.317

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de junho de 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

15 Debêntures--Continuação

	<u>Passivo circulante</u>	<u>Passivo não circulante</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2018	324	400.000	400.324
Ingressos	-	620.000	620.000
Encargos	48.066	-	48.066
Pagamento de juros	(44.107)	-	(44.107)
Custo de captação	125	(930)	(805)
Transferências	(362)	362	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	4.046	1.019.432	1.023.478

								<u>Em 30 de junho de 2020</u>	
								<u>Saldo líquido</u>	
<u>Emissão</u>	<u>Característica</u>	<u>Série</u>	<u>Valor da Emissão</u>	<u>Custo Nominal</u>	<u>Data da Emissão</u>	<u>Venc. Final</u>	<u>do custo de captação</u>	<u>Custo efetivo</u>	
1ª	(1)/(2)/(3)	Única	400.000	109,8% do CDI	dez/18	dez/21	409.006	5,05%	
2ª	(1)/(2)/(3)	Única	620.000	CDI + 1,10% a.a.	mai/19	mai/23	621.311	5,75%	

- (1) Emissão pública de debêntures simples
(2) Não conversíveis em ações
(3) Espécie Quirografária

Cronograma de amortização da dívida

As parcelas relativas às debêntures e os seus vencimentos estão programados conforme descrito a seguir:

	<u>30/06/2020</u>	
	<u>Valor</u>	<u>%</u>
Vencimento		
Circulante	10.768	1%
2021	400.000	39%
2022	310.000	30%
2023	310.000	30%
	<u>1.020.000</u>	<u>99%</u>
Custo de captação – Não circulante	(451)	(0%)
Total não circulante	<u>1.019.549</u>	<u>99%</u>
Total debêntures	<u>1.030.317</u>	<u>100%</u>

Covenants

As debêntures contratadas pela Companhia possuem garantias financeiras e covenants não financeiros e financeiros, cujo não cumprimento, durante o período de apuração, poderá acarretar no vencimento antecipado dos contratos. No período findo em 30 de junho de 2020, a apuração ainda não é aplicável à Companhia, visto que está sendo apurado na controladora, Equatorial Energia S.A., de forma consolidada, até que a Companhia atinja o índice necessário para apuração de forma individual.

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de junho de 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

16 Impostos e contribuições a recolher

	<u>30/06/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Circulante		
ICMS	47.159	66.314
PIS e COFINS	15.984	9.613
PIS e COFINS parcelamento	23.618	19.911
Encargos sociais e outros	12.668	11.001
ISS	3.867	4.696
Subtotal	<u>103.296</u>	<u>111.535</u>
Não circulante		
FGTS parcelamento	2.304	2.268
PIS e COFINS parcelamento	29.915	39.349
ISS	246	-
Subtotal	<u>32.465</u>	<u>41.617</u>
Total	<u>135.761</u>	<u>153.152</u>

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de junho de 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

17 Impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos

17.1 Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais e da despesa do imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) e da contribuição social sobre lucro líquido (CSLL) debitada em resultado, nos períodos findos em 30 de junho de 2020 e 2019, está demonstrada conforme a seguir:

	30/06/2020		30/06/2019	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro contábil antes do IRPJ e da CSLL	45.495	45.495	66.322	66.322
Alíquota fiscal	25%	9%	25%	9%
Pela alíquota fiscal (A)	11.374	4.095	16.581	5.969
Adições:				
Provisão para contingências	3.926	1.413	5.039	1.814
Provisão para redução ao valor recuperável do contas a receber	45.680	16.445	5.246	1.888
Ajuste a valor presente	2.804	1.010	2.804	1.010
Perdas não técnicas	-	-	14.029	-
Variação de <i>SWAP</i>	1.883	678	-	-
Participação nos lucros, honorários e licença prêmio	-	-	1.992	717
Multas e penalidades por infrações	744	268	130	47
Arrendamentos – CPC06 (R2)	1.119	403	-	-
Outras provisões permanentes	563	203	2.942	74
Total adições (B)	56.719	20.420	32.182	5.550
Exclusões:				
Reversão de contingências	(2.104)	(757)	(12.127)	(4.366)
Reversão da redução ao valor recuperável do contas a receber	(44.843)	(16.143)	(17.576)	(6.327)
Ajuste a valor presente	(825)	(297)	-	-
Variação de <i>SWAP</i>	(29.698)	(10.691)	-	-
Valor Novo de Reposição – VNR	(49)	(18)	-	-
Arrendamentos – CPC06 (R2)	(885)	(319)	-	-
Outras exclusões permanentes	-	-	(2.177)	(784)
Total exclusões (C)	(78.404)	(28.225)	(31.880)	(11.477)
Prejuízo fiscal de IRPJ e base negativa de CSLL (D)	10.311	3.710	-	-
Dedutibilidade fiscal (limite legal) (E)	-	-	(5.077)	(13)
Incentivo PAT	-	-	(171)	-
Incentivo prorrogação licença maternidade	-	-	(5)	-
Total compensações (F)	-	-	(176)	-
IRPJ subvenção governamental (G)	-	-	(10.943)	-
IRPJ e CSLL corrente do período (A+B+C+D+E+F+G)	-	-	687	29

17.2 Ativos fiscais diferidos não reconhecidos

Ativos fiscais diferidos não foram reconhecidos para os seguintes itens, pois não é provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que a Companhia possa utilizar seus benefícios.

Em 30 de junho de 2020, a Equatorial Piauí apresentou o saldo de R\$ 524.705 a realizar de impostos diferidos sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscais e base negativa.

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de junho de 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

17 Impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos--Continuação

17.2 Ativos fiscais diferidos não reconhecidos--Continuação

Em milhares de reais	30/06/2020		31/12/2019	
	Valor	Efeito Tributário	Valor	Efeito Tributário
Diferenças temporárias dedutíveis	-	-	53.310	18.125
Prejuízos fiscais acumulados	1.565.393	391.348	1.524.149	381.037
Base Negativa de CSLL	1.481.747	133.357	1.440.503	129.645

Prejuízo fiscais a compensar

Prejuízos fiscais a compensar não reconhecidos têm o seguinte vencimento:

Em milhares de reais	30/06/2020			Vencimento	31/12/2019		
	Valor	Efeito Tributário	Vencimento		Valor	Efeito Tributário	Vencimento
Sem prazo de prescrição- Prejuízos fiscais	1.565.393	391.348	Sem prazo	1.524.149	381.037	Sem prazo	
Sem prazo de prescrição-Base Negativa de CSLL	1.481.747	133.357	Sem prazo	1.440.503	129.645	Sem prazo	

17.3 Passivos fiscais diferidos não reconhecidos

Em 30 de junho de 2020, a Equatorial Piauí apresentou o saldo de R\$ 30.503 como passivo diferido sobre diferenças temporárias.

Passivos fiscais diferidos não reconhecidos

Em milhares de Reais	30/06/2020		31/12/2019	
	Valor	Efeito Tributário	Valor	Efeito Tributário
Diferenças temporárias tributáveis	89.714	30.503	-	-

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de junho de 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

18 Outras contas a pagar

	<u>30/06/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Circulante		
Devolução a consumidores	20.176	15.372
ANEEL - autos de infração (a)	12.946	12.946
Convênios de arrecadação	3.793	3.576
Outras apropriações fornecedores (b)	149.575	119.033
Multas regulatórias	34	35
Neutralidade PIS/COFINS (c)	22.057	14.684
Partes relacionadas	1.419	1.524
Outras contas a pagar	<u>11.490</u>	<u>2.885</u>
Total circulante	<u>221.490</u>	<u>170.055</u>
Não circulante		
Devolução de consumidores	7.525	7.525
ANEEL - autos de infração (a)	11.557	11.696
Outras contas a pagar (d)	<u>70.640</u>	<u>77.064</u>
Total não circulante	<u>89.722</u>	<u>96.285</u>
Total outras contas a pagar	<u>311.212</u>	<u>266.340</u>

- (a) Valores provisionados referentes à aplicação de penalidades pela ANEEL pela aplicação do Termo de Compromisso de Ajuste de Conduta nº 015/2010, quanto à apuração, informação e pagamento de compensações eventualmente devidas dos indicadores de continuidade individuais DIC, FIC e DMIC; bem como valores referentes ao Programa de Regularização de Débitos Não Tributários para parcelamento dos autos de infração n.º 0035/2016 - SFE - ANEEL e n.º 0050/2016 - SFF - ANEEL, com entrada de 20% do valor da dívida consolidada em 25/07/2017 e saldo dividido em 239 parcelas que estão sendo pagas desde janeiro/2018;
- (b) A conta de outras apropriação a fornecedores é composta por: R\$ 25.157 (referente ao acordo extrajudicial firmado com o município de Teresina-PI, objetivando pôr termo à ação judicial - Processo n.º 0001536-70.2004.4.01.4000, no qual a Companhia havia perdido em primeira e segunda instância no âmbito da Justiça Federal e, declararam e reconheceram as partes acordantes o montante de R\$94.470 a ser compensado, mensalmente, com as faturas de energia elétrica do citado município até a integral quitação do débito); e R\$ 124.418 (referente ao valor para custear os investimentos no Programa Luz para Todos, a Companhia recebeu recursos oriundos de CDE, os quais são liberados e controlados por tranches, tendo a Eletrobrás como gestora. Após a conclusão e finalização das 2ª e 4ª tranches, pela Eletrobrás, é informado à companhia o valor a devolver desse recurso);
- (c) Corresponde a saldo de crédito de PIS/COFINS decorrente do mecanismo de neutralidade, necessários para manter o equilíbrio financeiro dos referidos tributos, conforme estabelecido em Nota Técnica nº 115/2005-SFF/SRE/ANEEL, originário das diferenças da alíquota efetiva apurada no mês de referência e o efetivamente arrecado, e a crédito extemporâneo da mesma natureza; e
- (d) O montante de R\$ 70.640 refere-se ao ressarcimento devido Eletrobrás a título de pagamento do Ativo Imobilizado em Curso – AIC. Quando do repasse do controle acionário, o termo de compra e venda de ações previu que o comprador, na qualidade de acionista majoritário da Distribuidora, deveria fazer com que a Distribuidora promovesse a avaliação, na primeira revisão tarifária, dos ativos da Distribuidora contabilizados no Ativo Imobilizado em Curso – AIC - na data-base do laudo de avaliação e que poderiam ser objeto de futuro reconhecimento tarifário (“AICs Ressarcíveis”). O saldo corresponde a 50% da contribuição de cada um dos ativos na base de remuneração líquida, conforme definição vigente nos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET da ANEEL, desconsideradas eventuais contabilizações, posteriores à data-base do laudo de avaliação, de investimentos necessários à imobilização desses ativos em curso.

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de junho de 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

19 Provisão para processos cíveis, fiscais e trabalhistas

A Companhia é parte (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo questões fiscais, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base nas experiências anteriores referentes às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme a seguir demonstrado:

	30/06/2020		31/12/2019	
	Provisão	Depósitos judiciais	Provisão	Depósitos judiciais
Cíveis	204.582	24.762	206.115	25.250
Fiscais	6.182	22.462	5.208	-
Trabalhistas	180.088	-	172.242	22.864
Total contingências/ depósitos judiciais	<u>390.852</u>	<u>47.224</u>	<u>383.565</u>	<u>48.114</u>
Circulante	175.499	-	174.074	-
Não circulante	215.353	47.224	209.491	48.114

Movimentação dos processos no período

	31/12/2019		30/06/2020			
	Saldo inicial	Adições	Utilização (1)	Reversão de provisão (2)	Atualização (3)	Saldo final
Cíveis	206.115	2.813	(4.007)	(3.335)	2.996	204.582
Tributárias	5.208	244	-	(79)	809	6.182
Trabalhistas	172.242	3.776	-	(1.205)	5.275	180.088
Total contingências	<u>383.565</u>	<u>6.833</u>	<u>(4.007)</u>	<u>(4.619)</u>	<u>9.080</u>	<u>390.852</u>

- (1) Gastos efetivos (pagamentos) com contingências judiciais;
- (2) Reversões realizadas no período; e
- (3) Atualizações monetárias mensais.

Cíveis

A Companhia figura como ré em 9.984 processos cíveis em 30 de junho de 2020 (10.558 processos em 31 de dezembro de 2019), os quais, em sua grande maioria, referem-se a pleitos de danos materiais e morais, assim como ressarcimento de valores pagos por consumidores.

Os processos cíveis mais significativos envolvem ações indenizatórias questionando acidentes com a rede de distribuição, falha no fornecimento, morte por descarga elétrica ou danos decorrentes da rescisão de contratos com fornecedores.

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de junho de 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

19 Provisão para processos cíveis, fiscais e trabalhistas--Continuação

Além dos processos provisionados, existem outros processos cíveis cuja possibilidade de perda em 30 de junho de 2020 é avaliada pela Administração, com base na avaliação da gerência jurídica, como Possível, no montante de R\$ 182.122 em 30 de junho de 2020 (R\$ 183.367 em 31 de dezembro de 2019) para as quais não foi constituída provisão.

Contingências cíveis (prognóstico provável de perda)	30/06/2020	31/12/2019
Falha no fornecimento	11.148	9.759
Morte por eletroplessão	24.291	23.790
Cobrança indevida	49.265	49.188
Fraude questionada	12.875	13.613
Corte indevido	2.483	2.648
Acidente com terceiros	9.330	8.895
Falha no atendimento	3.565	5.034
Quebra de contrato	89.318	90.787
Outras	2.307	2.401
Total	204.582	206.115
Contingências cíveis (prognóstico possível de perda)	30/06/2020	31/12/2019
Falha no fornecimento	6.165	5.231
Morte por eletroplessão	949	949
Cobrança indevida	151.671	154.775
Fraude questionada	611	11
Corte indevido	750	750
Acidente com terceiros	190	190
Falha no atendimento	1.147	3.110
Quebra de contrato	20.467	18.209
Outras	172	142
Total	182.122	183.367

Fiscais

A Companhia figura como ré em 148 processos fiscais em 30 de junho de 2020 (154 processos em 31 de dezembro de 2019), no entanto, existem outros processos cuja possibilidade de perda é avaliada pela Administração, com base na avaliação da gerência jurídica, como possível no montante de R\$ 202 em 30 de junho de 2020 (R\$ 159 em 31 de dezembro de 2019) para as quais não foi constituída provisão.

Contingências fiscais (prognóstico provável de perda)	30/06/2020	31/12/2019
CIP	95	188
ISS	277	277
Débito tributário	1.807	1.749
ICMS	3.874	735
Outras	129	2.259
Total	6.182	5.208
Contingências fiscais (prognóstico possível de perda)	30/06/2020	31/12/2019
ICMS	3	1
Débito tributário	158	158
Outras	41	-
Total	202	159

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de junho de 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

19 Provisão para processos cíveis, fiscais e trabalhistas--Continuação

Trabalhistas

O passivo trabalhista em 30 de junho de 2020 é composto por 1.818 reclamações ajuizadas (1.772 reclamações em 31 de dezembro de 2019) por ex-empregados contra a Companhia, com pedidos que variam entre horas extras, periculosidade, equiparação e/ou reenquadramento salarial, entre outros, assim como por ações movidas por ex-empregados de empresas terceirizadas (responsabilidade subsidiária), que pleiteiam, em sua maioria, verbas rescisórias.

Além dos processos provisionados conforme demonstrado anteriormente, existem outros processos trabalhistas, cuja possibilidade de perda em 30 de junho de 2020 é avaliada pela Administração, com base na avaliação da gerência jurídica, como risco de perda possível, no montante de R\$ 5.006 em 30 de junho de 2020 (R\$ 5.006 em 31 de dezembro de 2019) para as quais não foram constituídas provisões.

Contingências trabalhistas (prognóstico provável de perda)	30/06/2020	31/12/2019
FGTS	17.746	16.453
Responsabilidade subsidiária	1.743	1.549
Implantação do Plano de Cargos, Carreira e Salários	17.837	17.814
Acidente de trabalho	10.562	10.471
Hora extra	5.091	3.828
Gratificação	1.466	1.340
Jornada de trabalho	554	1.716
Terceirização	170	167
Penosidade	80	78
Auxílio alimentação (a)	107.137	104.729
Periculosidade	803	868
Plano de saúde	90	56
Desligamento voluntário	4.128	4.112
Reintegração no emprego	281	133
Verbas rescisórias	8.637	5.548
Danos morais	58	55
Equiparação salarial	1.983	1.848
Processo administrativo disciplinar	733	705
Outras	989	772
Total	180.088	172.242
Contingências trabalhistas (prognóstico possível de perda)	30/06/2020	31/12/2019
Outras	12	12
Implantação do Plano de Cargos, Carreira e Salários	69	69
Verbas rescisórias	73	73
Equiparação Salarial	4.494	4.494
Greve	358	358
Total	5.006	5.006

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de junho de 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

20 PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores

Em março de 2017, o Supremo Tribunal Federal - STF publicou o Acórdão do julgamento do Recurso Extraordinário, em sede de repercussão geral, de forma favorável à tese da Companhia, que também obteve decisão judicial favorável com trânsito em julgado em outubro de 2018.

Baseada na opinião de seus assessores jurídicos, em 31 de dezembro de 2018, a Companhia constituiu: ativo referente a PIS/COFINS no montante de R\$ 435.231, um passivo de R\$ 418.741 relativo ao ressarcimento a seus consumidores, o montante de R\$ 8.227 como dedução da receita bruta referente a PIS/COFINS, e R\$ 8.263 como receita financeira, onde incidiu PIS/COFINS de R\$ 384. Em 30 de junho de 2020, a Companhia realizou um complemento neste lançamento, referente a atualização da taxa SELIC, constituindo um ativo de R\$ 823 (R\$ 27.300 em 31 de dezembro de 2019), passivo de R\$ 5.961 (R\$ 26.854 em 31 de dezembro de 2019) relativo ao ressarcimento a seus consumidores, R\$ 0 (R\$ 8.227 em 31 de dezembro de 2019) como dedução da receita bruta referente a PIS/COFINS, e R\$ 132 (R\$ 8.709 em 31 de dezembro de 2019) como receita financeira, onde também incidiu PIS/COFINS de R\$ 6.

O ativo contempla créditos com a Receita Federal desde o ingresso da ação. E o passivo foi constituído considerando que a Companhia repassa aos seus consumidores os efeitos tributários incidentes sobre as faturas de energia elétrica dos últimos 10 anos. A restituição aos consumidores dependerá do efetivo aproveitamento do crédito e eventual definição de mecanismos de ressarcimento pela ANEEL, em uma expectativa de prazo de aproximadamente 30 meses para a Equatorial Piauí.

	<u>30/06/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Ativo		
Circulante	155.269	742
Não circulante	308.085	461.789
PIS e COFINS a recuperar	463.354	462.531
Passivo		
Circulante	155.269	742
Não circulante	296.287	444.853
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	451.556	445.595
Resultado		
(+) Receita financeira		
PIS/COFINS consumidores a restituir	132	446
(-) PIS/COFINS sobre a receita financeira	(6)	(21)
Efeito líquido no resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	126	425

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de junho de 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

20 PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores--Continuação

Expectativa de PIS/COFINS a recuperar

	30/06/2020	
	Valor	%
Circulante (a)	155.269	34%
2021	92.293	20%
2022	215.792	46%
Não circulante	308.085	66%
Total	463.354	100%

- (a) A Companhia possui ativo referente a PIS/COFINS a recuperar de R\$ 463.354 (R\$ 462.531 em 31 de dezembro de 2019), baseada na opinião de seus assessores jurídicos após publicação do Acórdão do julgamento do Recurso extraordinário julgado pelo Supremo Tribunal Federal – STF, e suportado pelo trânsito e julgado da Ação.

Em 30 de junho de 2020, a Companhia possui habilitação dos créditos pela Receita Federal e o saldo classificado no ativo circulante no montante de R\$ 155.269 será realizado mediante compensação dos seguintes tributos federais até o próximo exercício: imposto de renda e contribuição social, PIS e COFINS e retenções federais.

21 Capital social

O capital social da Companhia integralizado e subscrito em 30 de junho de 2020 e em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 1.994.416. O capital autorizado é de R\$ 2.500.000, sem valor nominal, e sua composição por classe de ações e principais acionistas está demonstrada conforme a seguir:

Acionistas	30/06/2020			
	Ações ordinárias	Ações preferenciais	Total	%
Equatorial Energia S.A.	1.247.054.404	58.707.541	1.305.761.945	94,47%
Minoritários	72.551.797	3.829.138	76.380.935	5,53%
Total	1.319.606.201	62.536.679	1.382.142.880	100,00%

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de junho de 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

22 Receita operacional líquida

A conciliação da receita bruta para a receita líquida está conforme a seguir demonstrada:

	<u>30/06/2020</u>	<u>30/06/2019</u>
Fornecimento de energia elétrica	1.166.207	1.300.100
Receita de distribuição	1.217.693	1.330.073
Remuneração financeira WACC	995	413
Valores a receber/devolver de parcela A e outros itens financeiros (a)	(83.529)	(61.434)
Subvenção CDE - Outros (b)	31.048	31.048
Suprimento de energia elétrica (c)	47.952	72.081
Receita pela disponibilidade - uso da rede	22.873	13.032
Receita de construção (d)	174.829	327.753
Atualização do ativo financeiro	195	342
Outras receitas	12.805	10.980
Receita operacional bruta	<u>1.424.861</u>	<u>1.724.288</u>
Deduções da receita		
ICMS sobre venda de energia elétrica	(282.376)	(319.867)
PIS e COFINS	(86.207)	(91.368)
Encargos do consumidor	(8.992)	(9.815)
ISS	(49)	(179)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(29.075)	(65.761)
Penalidades DIC/FIC e outras	(4.970)	(5.993)
Deduções da receita operacional	<u>(411.669)</u>	<u>(492.983)</u>
Receita operacional líquida	<u>1.013.192</u>	<u>1.231.305</u>

- (a) Variação foi negativa, em função, principalmente, dos valores de amortização do ciclo atual serem menores do que a amortização praticada no ciclo anterior, devido aos valores recebidos no reajuste e, em parte, em função dos Custos com energia (liquidação, Energia comprada e demais encargos) terem sido menores, gerando uma cva ativa menor, quando comparado com mesmo período de 2019;
- (b) Valores referentes às subvenções de descontos tarifários na distribuição recebidos do fundo da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, conforme inciso VII do artigo 13º da Lei nº 10.438/2002 e Decreto nº 7.891/2013, com a finalidade de custear os descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos geradores, consumidores de fonte incentivada e serviço de irrigação;
- (c) A receita no primeiro semestre de 2020 foi menor que o mesmo período do ano anterior, tendo em vista que em 2019, a Companhia participou do Mecanismo de Venda de Excedentes – MVE vendendo energia ao PLD e, conseqüentemente, obtendo receita, esta ação foi realizada pela Equatorial Piauí como forma de mitigar a sobrecontratação. Cabe ressaltar que em 2020, não foi obtida receita por este mecanismo, pelo fato de não ter vendido negociações realizadas nos MVE's; e
- (d) A variação da receita de construção no primeiro semestre de 2020 foi menor em comparação com o primeiro semestre de 2019, em função de ter havido uma ativação maior de custos diretos e indiretos, em 2019 devido ao processo de revisão tarifária que teve a data base de corte em 30/06/2019.

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de junho de 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

23 Custo do serviço e despesas operacionais

Custos/despesas operacionais	30/06/2020				
	Custo do serviço de energia elétrica	Despesas com vendas	Despesas administrativas	Perdas por redução ao valor recuperável do contas a receber	Total
Pessoal	(16.010)	(7.075)	(15.228)	-	(38.313)
Material	(1.593)	(89)	(235)	-	(1.917)
Serviços de terceiros	(27.730)	(27.520)	(23.471)	-	(78.721)
Energia elétrica comprada para revenda (a)	(435.683)	-	-	-	(435.683)
Encargo uso do sistema de transmissão e distribuição	(77.270)	-	-	-	(77.270)
Custo de construção	(174.828)	-	-	-	(174.828)
Provisão para redução ao valor recuperável do contas a receber e perdas com clientes comerciais	-	-	-	(42.694)	(42.694)
Provisão para processos cíveis, fiscais e trabalhistas	-	-	(3.766)	-	(3.766)
Amortização	(35.431)	-	(9.449)	-	(44.880)
Outros	(2.220)	(114)	3.081	-	747
Total	(770.765)	(34.798)	(49.068)	(42.694)	(897.325)

Custos/despesas operacionais	30/06/2019				
	Custo do serviço de energia elétrica	Despesas com vendas	Despesas administrativas	Perdas por redução ao valor recuperável do contas a receber	Total
Pessoal	129.895	1.487	(75.613)	-	55.769
Material	315	(35)	(611)	-	(331)
Serviços de terceiros	(19.960)	(10.950)	(15.481)	-	(46.391)
Energia elétrica comprada para revenda (a)	(537.826)	-	-	-	(537.826)
Encargo uso do sistema de transmissão e distribuição	(81.789)	-	-	-	(81.789)
Custo de construção	(327.753)	-	-	-	(327.753)
Perda esperada por redução ao valor recuperável	-	-	-	738	738
Provisão para processos cíveis, fiscais e trabalhistas	-	-	(38.524)	-	(38.524)
Amortização	(66.544)	-	(1.939)	-	(68.483)
Arrendamento e aluguéis	517	(269)	789	-	1.037
Outros	1087	3.030	3.707	-	7.824
Total	(902.058)	(6.737)	(127.672)	738	(1.035.729)

(a) Para maior detalhamento referente à energia elétrica comprada para revenda vide nota explicativa nº 24.

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de junho de 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

24 Energia elétrica comprada para revenda

	GWh (*)		R\$	
	30/06/2020	30/06/2019	30/06/2020	30/06/2019
Energia de leilão (a)	(2.018)	(1.852)	(345.919)	(517.215)
Contratos Eletronuclear	(60)	(58)	(16.706)	(14.636)
Contratos cotas de garantias (a)	(489)	(520)	(55.912)	(67.775)
Encargo de Serviço do Sistema - ESS/ Energia reserva	-	-	9.971	1.630
Energia de curto prazo - CCEE (b)	-	-	(62.827)	17.114
Programa incentivo fontes alternativas energia - PROINFA	(38)	(40)	(11.503)	(14.617)
(-) Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo (c)	-	-	47.213	57.673
Subtotal	<u>(2.605)</u>	<u>(2.470)</u>	<u>(435.683)</u>	<u>(537.826)</u>
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição (d)	-	-	(77.270)	(81.789)
Total	<u>(2.605)</u>	<u>(2.470)</u>	<u>(512.953)</u>	<u>(619.615)</u>

- (a) A variação refere-se aos custos com contratos de compra de energia, incluindo os de eletronuclear e cotas de garantia física no ambiente regulado, que tiveram uma redução no volume contratado de 5,42% em relação ao mesmo período anterior. Adicionalmente, o preço médio de pagamento do primeiro semestre de 2020 reduziu em 15,39 % em relação ao mesmo período de 2019, reduzindo a despesa em 2020;
- (b) A energia de curto prazo teve uma redução em 2020 em relação ao período anterior devido aos itens da liquidação CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica), os quais destacamos principalmente a redução dos custos com a exposição financeira, efeito de disponibilidade e do risco hidrológico;
- (c) Saldo de PIS/COFINS que a Companhia utilizou como crédito devido a revenda de energia elétrica; e
- (d) Contempla os custos com encargos de uso e conexão do sistema de transmissão, os quais possuem tarifas ajustadas pela resolução receita anual permitida - rap, portanto, em cada período haverá sempre o efeito de duas resoluções. Os custos ocorridos em 2019 foram maiores, quando comparados com 2020, em decorrência das tarifas aprovadas na resolução RAP nº 2.564 de 19 de junho de 2019, que irá vigorar até julho/2020 relacionadas à rede básica e conexão que tiveram um aumento de 22% em relação a resolução anterior, incorporadas ao reajuste tarifário anual de 2019.

(*) não revisado.

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de junho de 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

25 Resultado financeiro

	<u>30/06/2020</u>	<u>30/06/2019</u>
Receitas financeiras		
Rendas de aplicações financeiras	9.762	7.734
Valores a receber/devolver parcela A	6.325	16.222
Receita financeira de AVP (a)	3.298	-
Operações com instrumentos financeiros derivativos (b)	111.260	-
Acréscimo moratório de energia vendida	45.021	50.989
PIS/COFINS sobre receita financeira	(3.113)	(4.411)
Descontos obtidos	-	4.667
Correção monetária	-	7.939
Outras receitas financeiras	2.886	7.274
Total de receitas financeiras	<u>175.439</u>	<u>90.414</u>
Despesas financeiras		
Valores a receber/devolver parcela A	(1.978)	(3.966)
Operações com instrumentos financeiros derivativos (b)	(1.723)	-
Despesa financeira de AVP (c)	(11.218)	(11.218)
Encargos da dívida (d)	(78.671)	(111.744)
Variação monetária e cambial da dívida (e)	(112.541)	(6.705)
Atualização de eficiência e contingências	(10.756)	1.823
Multas regulatórias	(638)	-
Juros, multas s/ operação de energia	(778)	(1.177)
Outras despesas financeiras	(21.574)	(19.618)
Total de despesas financeiras	<u>(239.877)</u>	<u>(152.605)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(64.438)</u>	<u>(62.191)</u>

- (a) Ajuste a valor presente dos parcelamentos contidos no contas a receber, constituídos em 2019 com base em uma taxa de 9% a.a. Para maiores informações, consultar nota explicativa nº 6 – Contas a receber de clientes;
- (b) Referem-se, principalmente, à contratação de operações de *SWAP*, que trocam: taxa em dólar; variação do dólar por percentual do CDI e dólar somado ao spread por CDI, onde a principal variação refere-se ao câmbio sobre essas operações. No período findo em 30 de junho de 2020, o principal efeito refere-se à variação cambial, gerando despesa com o aumento do dólar em 28%, saindo de R\$ 4,03 em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 5,16 em 30 de junho de 2020;
- (c) Ajuste a valor presente sobre saldo devedor da dívida obtida pela Companhia com recursos RGR, cuja correção correspondia a 111% da SELIC que, após a assinatura do contrato de concessão, em 18 de outubro de 2018, alterou as condições contratuais passando a 5% a.a., com carência de até o mês da primeira revisão tarifária ordinária da Equatorial Piauí e com amortização até o fim da concessão;
- (d) Os valores com encargos são decorrentes dos contratos de empréstimos e financiamentos com as seguintes instituições financeiras: Morgan, Eletrobrás, CCEE/RGR/ANEEL, Caixa Econômica Federal e de debêntures, vide notas explicativas nº 14 e nº 15; e
- (e) Aumento na despesa com variação cambial devido ao aumento significativo no dólar, de R\$ 3,83 em 30 de junho de 2019 para R\$ 5,48 em 30 de junho de 2020; quando comparado ao período anterior.

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de junho de 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

26 Benefício pós-emprego (Entidade de previdência privada)

Características do plano de aposentadoria

A Companhia, através da Fundação CEPISA de Seguridade Social - FACEPI, mantém plano de aposentadoria de benefício definido (Plano BD), sob o regime financeiro básico de capitalização para os benefícios programados. Esse plano está em extinção desde 30/11/2000.

A FACEPI é uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, voltada exclusivamente para administração de planos de benefícios previdenciários da Companhia, sua patrocinadora.

Para o suporte das obrigações acumuladas antes da implantação do plano previdenciário com características de contribuição definida, levando em conta o saldamento do plano anterior, a Companhia comprometeu-se a amortizar o Saldo da Provisão Matemática a Constituir, através da subscrição de um contrato de confissão de dívidas.

Esses benefícios são garantidos através de dois planos: o primeiro, mais antigo, que tem a característica de Plano de Benefício Definido - Plano BD, que garante renda vitalícia aos beneficiários. O outro, com a característica de Plano de Contribuição Definida - Plano CD, iniciado a partir de 2008, garante rendas por prazos definidos de acordo com a capitalização ocorrida no período de atividade.

(i) Plano Saldado

Plano de benefícios previdenciários organizado e administrado pela Fundação Cepisa de Seguridade Social (FACEPI) e patrocinado pela Equatorial Energia Piauí, sendo oferecido aos seus empregados e respectivos dependentes.

O Plano Saldado é um plano contributivo com modalidade de “Benefício Definido” existindo compromisso pós-emprego com os participantes em atividade e com os assistidos. De acordo com o Regulamento do plano, os benefícios oferecidos aos empregados são os seguintes :

- **Aposentadoria por Tempo de Serviço/Contribuição:** A complementação de aposentadoria por tempo de serviço/contribuição será devida ao participante durante o período que seja mantida a aposentadoria por tempo de serviço/contribuição pela Previdência Social, e só será suspensa por morte do participante, suspensão ou cancelamento dessa aposentadoria.
- **Aposentadoria por Invalidez:** O benefício é concedido ao participante durante o período em que lhe seja mantida a aposentadoria pela Previdência Social.
- **Aposentadoria por Idade:** O benefício é concedido aos beneficiários do participante durante o tempo em que seja mantida a aposentadoria por idade pela Previdência Social, e cancelada por sua morte, consistida numa renda mensal correspondente à diferença entre o Salário Real de Benefício e o valor da aposentadoria concedida pelo INSS.
- **Pensão por Morte:** O benefício é concedido aos beneficiários do participante assistido que vier a falecer, durante o período que lhe seja mantida a pensão pela Previdência Social. O valor do benefício consiste na
- continuação da renda de 60% a 100% da aposentadoria paga ao participante assistido.

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de junho de 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

26 Benefício pós-emprego (Entidade de previdência privada)--Continuação

- **Auxílio Doença:** O benefício é concedido aos beneficiários do participante que estiver em gozo de Auxílio-Doença pela Previdência Social, consistida numa renda mensal correspondente à diferença entre o Salário Real de Benefício e o valor Auxílio-Doença fixado pelo INSS.
- **Auxílio Funeral:** O benefício é concedido em caso de morte do participante, após um mínimo de 60 (sessenta) contribuições mensais ao Plano, contadas a partir da última inscrição como participante dessa Fundação, aos beneficiários ou, na falta destes, à pessoa que comprove ter sido executora do funeral. A ampliação do auxílio-funeral consistirá num pecúlio, de pagamento único, de valor igual a 1/5 (um quinto) do maior valor teto do Salário de Benefício da Previdência Social.

(ii) Plano CV

Plano de benefícios previdenciários administrado pela Fundação Cepisa de Seguridade Social (FACEPI) e patrocinado pela Equatorial Energia Piauí, sendo oferecido aos seus empregados e respectivos dependentes.

O Plano CV é estruturado na modalidade de “Contribuição Variável”, existindo compromisso no período de pós-emprego dos participantes. De acordo com o Regulamento do plano, os benefícios oferecidos aos empregados são os seguintes :

- **Aposentadoria Programada:** O benefício será calculado atuarialmente em quotas com base, dentre outros parâmetros, no saldo da conta individual do participante, desdobrando-se esse benefício em duas fases: a de rendas a prazo certo de aposentadoria programada e a de rendas vitalícias de aposentadoria programada.
- **Aposentadoria por Invalidez:** O benefício a ser concedido será calculado atuarialmente em quotas com base, dentre outros parâmetros, no saldo da conta individual existente na data da invalidez, acrescido esse saldo dos recursos provenientes do correspondente pecúlio por invalidez, desdobrando-se o benefício em duas fases: a de rendas a prazo certo de aposentadoria por invalidez e a de rendas vitalícias de aposentadoria por invalidez.
- **Pensão por Morte:** O benefício a ser concedido será calculado atuarialmente em quotas, com base, dentre outros parâmetros, no saldo da conta individual existente na data da morte do participante ativo, acrescido esse saldo dos recursos provenientes do correspondente pecúlio por morte, desdobrando-se este benefício em duas fases: a de rendas a prazo certo de pensão de ativo e a de rendas vitalícias de pensão de ativo.
- **Auxílio-Enfermidade:** O benefício equivale à vinte por cento (20%) da parcela do salário de participação corrente abaixo do teto-FACEPI, acrescido de cem por cento (100%) da parcela desse salário de participação acima desse teto.
- **Auxílio-Funeral:** O benefício equivale à quarenta por cento (40%) do teto-FACEPI em vigor no mês do óbito, independentemente do estágio previdenciário em que se encontrava o participante, do seu nível salarial e do nível de acumulação de poupanças laborais e patronais contabilizadas em seu nome.

A Companhia realiza anualmente e divulgará nas demonstrações contábeis do exercício a findar em 31 de dezembro de 2020, as avaliações atuariais por avaliadores independentes, considerando cotação de mercado ativo, análise de sensibilidade, taxa esperada global de retorno dos ativos com base nas expectativas de mercado vigentes e aplicáveis durante o período o qual a obrigação deve ser liquidada.

Assim, as principais premissas atuariais utilizadas são: (i) taxa de inflação; (ii) taxa de desconto; (iii) futuros aumentos salariais; e (iv) futuros aumentos de pensão.

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de junho de 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

27 Instrumentos financeiros

27.1 Considerações gerais

A Companhia efetuou análise dos seus instrumentos financeiros, a saber: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, ativos financeiros da concessão, fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures e derivativos, procedendo as devidas adequações em sua contabilização, quando necessário.

A administração desses instrumentos financeiros é por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

A Administração faz uso dos instrumentos financeiros visando remunerar ao máximo suas disponibilidades de caixa, manter a liquidez de seus ativos, proteger-se de variações de taxas de juros ou câmbio e obedecer aos índices financeiros constituídos em seus contratos de financiamento (covenants), sendo eles dívida líquida sobre LAJIDA ajustado (DL/LAJIDA Ajustado) e dívida líquida sobre a dívida líquida somada ao patrimônio líquido (DL/DL+PL).

A Companhia poderá utilizar-se de operações com derivativos, apenas para conferir proteção às oscilações de indexadores macroeconômicos e conferir proteção às oscilações de cotações de moedas estrangeiras. Estas operações não são realizadas em caráter especulativo. Em 30 de junho de 2020 a Companhia possuía operações de instrumentos financeiros derivativos contratados.

27.2 Categoria e valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores justos estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações.

Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A Companhia reconhece, quando aplicável, as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Os saldos contábeis e os valores de mercado dos instrumentos financeiros inclusos no balanço patrimonial em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019 estão identificados conforme a seguir:

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de junho de 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

27 Instrumentos financeiros--Continuação

Ativo	Níveis	Categoria dos instrumentos financeiros	30/06/2020		31/12/2019	
			Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Caixa e equivalentes de caixa	-	Custo amortizado	17.639	17.639	287.854	287.854
Investimento de curto prazo	2	Valor justo por meio do resultado	556.945	556.945	218.481	218.481
Contas a receber de clientes	-	Custo amortizado	709.664	709.664	697.142	697.142
Instrumentos financeiros derivativos	2	Financeiros ao valor justo	120.436	120.436	9.063	9.063
Valor a receber de parcela A e outros itens financeiros	-	Custo Amortizado	211.664	211.664	297.706	297.706
AICs ressarcíveis (a)	3	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	70.640	70.640	70.640	70.640
Ativo financeiro de concessão	2	Valor justo por meio do resultado	35.710	35.710	24.192	24.192
Total do ativo			<u>1.722.698</u>	<u>1.722.698</u>	<u>1.605.078</u>	<u>1.605.078</u>

Passivo	Níveis	Categoria dos instrumentos financeiros	30/06/2020		31/12/2019	
			Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Fornecedor	-	Custo amortizado	362.582	362.582	395.446	395.446
Empréstimos e financiamentos	-	Custo amortizado	1.861.507	2.403.463	1.665.360	2.293.096
Debêntures	-	Custo amortizado	<u>1.030.317</u>	<u>1.022.624</u>	<u>1.023.478</u>	<u>1.022.624</u>
Total do passivo			<u>3.254.406</u>	<u>3.788.669</u>	<u>3.084.284</u>	<u>3.711.166</u>

- (a) O montante do ressarcimento devido à ELETROBRAS, a título de pagamento pelos AICs Ressarcíveis correspondente a 50% (cinquenta por cento) da contribuição de cada um dos ativos na base de remuneração líquida, conforme definição vigente nos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET da ANEEL, desconsideradas eventuais contabilizações, posteriores à data-base do laudo de avaliação, de investimentos necessários à imobilização desses ativos em curso. Neste sentido, a Companhia provisionou o montante de R\$ 70.640. Após a homologação pela ANEEL do resultado da Revisão Tarifária, a compradora se compromete a contratar consultor técnico para apuração do montante de ressarcimento devido à Eletrobrás.

Caixa e equivalente de caixa - são classificados como custo amortizado e estão registrados pelos seus valores originais;

Investimento de curto prazo e fundo de investimento - são classificados como de valor justo por meio do resultado. A hierarquia de valor justo dos investimentos de curto prazo é nível 2, pois em sua maioria, são aplicados em fundos exclusivos onde os vencimentos limitam-se dozes meses, assim a Administração entende que seu valor justo já está refletido no valor contábil. Os fatores relevantes para avaliação ao valor justo são publicamente observáveis tais como CDI;

Contas a receber de clientes - decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como custo amortizado, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de junho de 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

27 Instrumentos financeiros--Continuação

Ativo financeiro de concessão - são classificados como valor justo por meio do resultado, são ativos financeiros que representam o direito incondicional de receber uma determinada quantia ao final do prazo de concessão. Os fatores relevantes para avaliação ao valor justo são publicamente observáveis, como IPCA existentes em mercado ativo e a taxa de depreciação que é definida pela resolução da ANEEL, sendo sua classificação nível 2 na hierarquia de valor justo.

Fornecedores - decorrem diretamente da operação da Companhia e são classificados como ao custo amortizado.

Empréstimos e financiamentos - tem o propósito de gerar recursos para financiar os programas de investimentos da Companhia e eventualmente gerenciar necessidades de curto prazo. São classificados como ao custo amortizado e estão contabilizados pelos seus valores amortizados.

Debêntures - são classificadas como passivo ao custo amortizado e estão contabilizados pelo seu valor amortizado. Para fins de divulgação, as debêntures tiveram seus valores de mercado calculados com base em taxas de mercado secundário da própria dívida ou dívida equivalente, divulgadas pela ANBIMA.

Valores a receber/a pagar da parcela A - são decorrentes de custos não gerenciáveis a serem repassados integralmente ao consumidor ou suportados pelo Poder Concedente. Classificados como custo amortizado;

Instrumentos financeiros derivativos - são classificados pelo valor justo através do resultado de outros resultados abrangentes, tendo como objetivo a proteção às oscilações de taxa de juros e moeda estrangeira. Para as operações de *swaps*, a determinação do valor de mercado foi realizada utilizando as informações de mercado disponíveis. Nível 2 na hierarquia de valor justo; e

AIC Ressarcíveis - são classificados pelo valor justo através do resultado e de outros resultados abrangentes, tendo em vista que a sensibilidade do valor justo está nos ativos em curso na base de remuneração líquida, dependendo da homologação total ou parcial pela Eletrobrás, pois os dados de 50% (cinquenta por cento) da contribuição de cada um dos ativos em curso na base de remuneração líquida, conforme definição vigente nos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET da ANEEL, desconsideradas eventuais contabilizações, posteriores à data-base do laudo de avaliação, de investimentos necessários à imobilização desses ativos em curso usados para mensurar não são observáveis no mercado. Nível 3 na hierarquia de valor justo através do resultado e de outros resultados abrangentes.

27.3 Instrumentos financeiros derivativos

Em 30 de junho de 2020 a Companhia possui contrato de *swap* com o banco Citibank referente à operação em moeda estrangeira.

Em 05 de abril de 2019, a Companhia realizou captação de recursos no valor contratado de US\$ 77.720, com juros e amortização trimestrais tendo como data de vencimento final 05 de abril de 2022. A captação tem como desembolso a taxa de USD Libor + 0,85% a.a. + I.R (objeto de *hedge*), e tem um contrato de *swap* contabilizado a valor justo por meio do resultado (instrumento de *hedge*).

Em 30 de junho de 2020, o saldo dos contratos de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira com o Citibank é de R\$ 425.387 (em 31 de dezembro de 2019, R\$ 315.681). Para maiores informações vide nota explicativa nº 14.

Apresentamos abaixo os valores dos instrumentos derivativos da Companhia, vigentes em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019, que podem ser assim resumidos:

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de junho de 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

27 Instrumentos financeiros--Continuação

Objetivo de proteção de risco de mercado	Indexadores	Valor justo	
		30/06/2020	31/12/2019
Citibank- 300 MM			
Ponta ativa	US\$ + Libor + 0,725% a.a.	424.983	317.526
Ponta passiva	113,5% do CDI	(304.547)	(308.463)
Efeito líquido no balanço		120.436	9.063

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para instrumentos financeiros derivativos: Preços de mercado das instituições financeiras. O valor justo de *swaps* de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado.

Os valores relativos ao item designado como instrumentos de *hedge* e a inefetividade de *hedge* foram os seguintes:

Risco Cambial	Valor Nominal	Valor contábil 30/06/2020		Rubrica no balanço patrimonial em que instrumento de <i>hedge</i> está incluído	Alterações no valor do instrumento de <i>hedge</i> reconhecidas em ORA	Rubrica no resultado afetada pela reclassificação
		Ativo	Passivo			
Contrato de <i>SWAP Hedge</i> para empréstimos em moeda estrangeira	300.000	120.436	-	Instrumentos financeiros derivativos	2.624	N/A

Risco Cambial	Valor Nominal	Valor contábil 31/12/2019		Rubrica no balanço patrimonial em que instrumento de <i>hedge</i> está incluído	Alterações no valor do instrumento de <i>hedge</i> reconhecidas em ORA	Rubrica no resultado afetada pela reclassificação
		Ativo	Passivo			
Contrato de <i>SWAP Hedge</i> para empréstimos em moeda estrangeira	300.000	9.063	-	Instrumentos financeiros derivativos	2.736	N/A

A tabela a seguir fornece uma reconciliação por categoria de risco dos componentes do patrimônio líquido e a análise dos itens de Outros Resultados Abrangentes - ORA, líquido de impostos, resultantes da contabilidade de *hedge* de fluxo de caixa:

	Reserva de <i>Hedge</i>
Saldo em 1º de janeiro de 2020	2.736
Hedge de fluxo de caixa	
Mudanças no valor justo:	
Risco cambial - <i>SWAP</i> Empréstimos	(112)
Valor reclassificado para resultado:	
Risco cambial - <i>SWAP</i> Empréstimos	-
Saldo em 30 de junho de 2020	2.624

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de junho de 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

27 Instrumentos financeiros--Continuação

27.4 Gerenciamento dos riscos financeiros

O Conselho de Administração da Companhia tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. Os riscos descritos a seguir são uma compilação dos riscos apontados pelas diversas áreas da Companhia, em suas áreas de especialidades. A Administração da Companhia define a forma de tratamento e os responsáveis por acompanhar cada um dos riscos levantados, para sua prevenção e controle.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia a que pertence são estabelecidos para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

O Comitê de Auditoria da Controladora Equatorial Energia S.A., supervisiona a forma como a Administração monitora a aderência aos procedimentos de gerenciamento de risco da Companhia, e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos aos quais a Companhia está exposta. O Comitê de Auditoria da Controladora Equatorial Energia é auxiliado pelo time de auditoria interna na execução de suas atribuições. A auditoria interna realiza revisões regulares e esporádicas nos procedimentos de gerenciamento de risco, e o resultado é reportado para o Comitê de Auditoria da Controladora Equatorial Energia S.A.

Para o período findo em 30 de junho de 2020, não houve mudança nas políticas de gerenciamento de risco da Companhia em relação ao exercício anterior, findo em 31 de dezembro de 2019.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco da Companhia em incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Companhia. A Administração acompanha a evolução do contas a receber, e reforça os direcionamentos estratégicos para potencializar a gestão e o desempenho operacional das ações de cobranças enviadas para mitigar o risco de inadimplência. Assim sendo, anualmente realizado o workshop de cobrança para alinhamento dos direcionamentos estratégicos de recuperação do contas a receber. A Companhia adota uma política de cobrança cujas diretrizes estão em consonância com a legislação e regulamentações específicas.

Contas a receber

As contas a receber da Companhia são compostas pelas faturas de energia elétrica e pelos parcelamentos de débitos das contas do fornecimento de energia vencidos de consumidores inadimplentes, e a representatividade é influenciada pelas características da área de concessão.

A Companhia estabelece as políticas de cobrança para as classes de clientes para reduzir os níveis de inadimplência, e conseqüentemente, a recuperação dos valores recebíveis. Todas as políticas de cobrança estabelecidas estão em consonância com a legislação e regulamentação específicas, no caso do setor de energia elétrica a Resolução Normativa nº 414 emitida pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Carteira de clientes da Companhia está representada da seguinte forma:

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de junho de 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

27 Instrumentos financeiros--Continuação

Classe consumidora	%	
	30/06/2020	31/12/2019
Residencial	48%	48%
Industrial	5%	4%
Comercial	13%	14%
Rural	3%	3%
Poder público	18%	19%
Iluminação pública	8%	8%
Serviço público	5%	4%
Total	100%	100%

A Companhia registrou uma provisão para perda que representa sua estimativa de perdas referentes à Contas a receber de clientes, conforme apresentado na nota 6.2.

Para o período findo em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019, a exposição máxima ao risco de crédito para contas a receber de clientes por classe consumidora estava assim apresentada:

30/06/2020					
Classe Consumidora	Consumidores faturados	Consumidores não faturados	Parcelamentos	Baixa renda	Total
Residencial	190.093	43.234	234.436	9.148	476.911
Industrial	45.576	564	6.814	-	52.954
Comercial	62.319	7.727	61.638	-	131.684
Rural	14.268	3.326	10.115	-	27.709
Poder público	29.259	2.395	145.777	-	177.431
Iluminação pública	29.346	71	46.402	-	75.819
Serviço público	32.834	2.046	11.699	-	46.579
Total	<u>403.695</u>	<u>59.363</u>	<u>516.881</u>	<u>9.148</u>	<u>989.087</u>

31/12/2019					
Classe consumidora	Consumidores faturados	Consumidores não faturados	Parcelamentos	Baixa renda	Total
Residencial	163.148	48.454	216.292	7.928	435.822
Industrial	32.691	683	4.901	-	38.275
Comercial	72.921	11.290	44.890	-	129.101
Rural	14.694	2.758	9.891	-	27.343
Poder público	28.921	3.877	138.217	-	171.015
Iluminação pública	26.042	67	48.361	-	74.470
Serviço público	17.370	1.975	16.108	-	35.453
Total	<u>355.787</u>	<u>69.104</u>	<u>478.660</u>	<u>7.928</u>	<u>911.479</u>

Avaliação da perda esperada de crédito de liquidação duvidosa para clientes (contas a receber)

A Companhia adota o modelo de provisão de perda esperada para créditos de liquidação duvidosa (PECLD) que é mensurada a partir do aging list das contas a receber das faturas de energia elétrica e pelos parcelamentos de débitos de faturas de fornecimento de energia através da matriz de provisão. A matriz de provisão estabelece os percentuais de risco de recebimento dos valores recebíveis de acordo com o aging list das faturas de energia elétrica e das parcelas através da análise. A matriz de provisão adotada é resultado do estudo do comportamento de pagamento das faturas de energia elétrica e dos parcelamentos no período histórico analisado de 5 (cinco) anos, que reflete a experiência da perda de crédito histórica dos

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de junho de 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

27 Instrumentos financeiros--Continuação

Avaliação da perda esperada de crédito de liquidação duvidosa para clientes (contas a receber)--Continuação

consumidores com a fatura de energia elétrica e do parcelamento, capturando a eficiência da política de cobrança adotada pela Companhia no ano de 2020.

A provisão de perda esperada para créditos de liquidação duvidosa (PECLD) é constituída com base nos valores recebíveis dos consumidores, segregando por faturamento e parcelamento pelas classes de consumidores, em valor considerado suficiente pela Administração, para cobrir as possíveis perdas na realização de créditos.

Perda esperada de crédito de liquidação duvidosa Parcelados e faturados

FAIXA	%Taxa média ponderada da perda média do		Saldo	%Taxa média ponderada da perda média do		Saldo
	Saldo contábil bruto Parcelamentos	Parcelado		Saldo contábil bruto Faturados	Faturado	
A Vencer	461.493	26,71%	108.675	110.854	2,88%	3.220
Vencido 1 a 30	6.862	24,47%	1.679	62.593	8,63%	5.401
Vencido 31 a 60	6.033	36,36%	2.193	40.799	16,09%	6.564
Vencido 61 a 90	3.564	43,17%	1.538	28.158	24,95%	7.024
Vencido 91 a 120	4.274	53,53%	2.287	23.688	31,78%	7.527
Vencido 121 a 150	2.847	66,94%	1.905	14.668	38,29%	5.615
Vencido 151 a 180	3.019	73,95%	2.232	28.265	41,14%	11.627
Vencido 181 a 210	2.192	73,95%	1.621	10.149	43,03%	4.366
Vencido 211 a 240	2.076	77,55%	1.610	9.260	43,03%	3.984
Vencido 241 a 270	1.877	77,55%	1.455	9.314	43,03%	4.007
Vencido 271 a 300	1.875	77,55%	1.454	8.959	43,03%	3.854
Vencido 301 a 330	1.741	77,55%	1.350	9.165	43,03%	3.943
Vencido 331 a 360	1.584	77,55%	1.228	7.666	43,03%	3.298
Vencido 361 a 390	714	77,55%	554	2.762	43,03%	1.187
Vencido 391 a 420	608	77,55%	472	638	43,03%	273
Vencido 421 a 450	342	77,55%	265	476	43,03%	204
Vencido 451 a 630	1.891	77,55%	1.467	3.434	43,03%	1.477
Vencido 631 a 720	837	77,98%	653	3.084	49,96%	1.540
Vencido 721 a 810	202	82,60%	167	351	55,92%	195
Vencido 811 a 990	3.384	83,20%	2.815	11.616	64,21%	7.458
Vencido 991 a 1080	607	83,20%	505	470	68,66%	321
Vencido 1081 a 1170	163	84,32%	138	16	71,31%	11
Vencido 1171 a 1350	368	84,32%	310	123	75,18%	91
Vencido 1351 a 1530	246	84,32%	207	139	77,28%	107
Vencido 1531 a 1710	319	84,32%	269	353	80,30%	283
Vencido 1711 a 1890	234	84,32%	197	123	85,28%	104
Maior 1891	7.529	91,19%	6.865	16.572	85,28%	14.130
Total:	516.881		144.111	403.695		97.811

PECLD não faturados

Faixa	Saldo contábil bruto não faturados	% Taxa média ponderada da perda média não faturados	Saldo
A vencer	59.363	2,88%	1.710
Total	59.363		1.710

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de junho de 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

27 Instrumentos financeiros--Continuação

PECLD Outros

Faixa	Saldo contábil bruto Outros	%Taxa média ponderada da perda média do Outros	Saldo
A Vencer	(1.160)	2,88%	(32)
Vencido 1 a 30	(2.864)	8,63%	(247)
Vencido 31 a 60	(4.982)	16,09%	(802)
Vencido 61 a 90	603	24,95%	150
Vencido 91 a 120	(216)	31,78%	(69)
Vencido 121 a 150	327	38,29%	125
Vencido 151 a 180	385	41,14%	158
Vencido 181 a 210	82	43,03%	35
Vencido 211 a 240	87	43,03%	37
Vencido 241 a 270	(115)	43,03%	(49)
Vencido 271 a 300	(30)	43,03%	(13)
Vencido 301 a 330	280	43,03%	120
Vencido 331 a 360	139	43,03%	60
Vencido 361 a 390	62	43,03%	27
Vencido 391 a 420	51	43,03%	22
Vencido 421 a 450	46	43,03%	20
Vencido 451 a 630	471	43,03%	203
Vencido 631 a 720	136	49,96%	68
Vencido 721 a 810	8	55,92%	4
Vencido 811 a 990	484	64,21%	311
Vencido 991 a 1080	7	68,66%	5
Vencido 1081 a 1170	-	71,31%	-
Vencido 1171 a 1350	-	75,18%	-
Vencido 1351 a 1530	-	77,28%	-
Vencido 1531 a 1710	-	80,30%	-
Vencido 1711 a 1890	128	85,28%	109
Vencido há mais de 1891	-	85,28%	-
Total	(6.071)		242

Caixa e equivalente de caixa

A Companhia detém caixa e equivalentes de caixa de R\$ 17.639 em 30 de junho de 2020 (R\$ 287.854 em 31 de dezembro de 2019). O Caixa e equivalentes de caixa são mantidos com bancos e instituições financeiras que possuem *rating* entre AA- e AA+, baseado na agência de *rating* *Fitch Ratings* e *Standard & Poors*.

A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos *ratings* de crédito externos das contrapartes. Quando da aplicação inicial do CPC 48, a Companhia julgou não ser necessário a constituição de provisão.

Ativo financeiro setorial, ativo contratual (infraestrutura em construção) e ativo financeiro da concessão

A Administração da Companhia considera reduzido o risco desses créditos, visto que os contratos firmados asseguram o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente: (i) referente a custos não recuperados por meio de tarifa (ativo financeiro setorial); e (ii) referente aos investimentos em curso e efetuados em infraestrutura e que não foram amortizados até o vencimento da concessão (ativo contratual e ativo financeiro da concessão).

Derivativos

Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras que possuem *rating* entre AA- e AA+, baseado nas agências de *rating* *Fitch Ratings* e *Standard & Poors*.

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de junho de 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

27 Instrumentos financeiros--Continuação

(ii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações.

Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos captados pela Companhia são apresentadas nas notas explicativas nº 14 (Empréstimos e financiamentos) e nota explicativa nº 15 (Debêntures).

A Companhia tem obtido recursos a partir da sua atividade comercial e do mercado financeiro, destinando-os principalmente ao seu programa de investimentos e à administração de seu caixa para capital de giro e compromissos financeiros.

A gestão dos investimentos financeiros tem foco em instrumentos de curto prazo, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos. A geração de caixa da Companhia e sua pouca volatilidade nos recebimentos e obrigações de pagamentos ao longo dos meses do ano, prestam à Companhia estabilidade nos seus fluxos, reduzindo o seu risco de liquidez.

A Companhia busca manter o nível de seu caixa e equivalentes de caixa e outros investimentos com mercado ativo em um montante superior às saídas de caixa para liquidação de endividamento para os próximos 12 meses. O índice de disponibilidade por dívida de curto prazo é de 1,3 em 30 de junho de 2020 (2,8 em 31 de dezembro de 2019).

Exposição ao risco de liquidez

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da demonstração financeira. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais e excluem o impacto dos acordos de compensação:

	Valor Contábil	Fluxo de caixa contratual total	2 meses ou menos	2-12 meses	1-2 anos	2-5 anos	Mais que 5 anos
Passivos financeiros não derivativos							
Empréstimos bancários com garantia	1.861.507	3.387.300	30.975	165.863	204.104	678.537	2.307.821
Subtotal - Empréstimos e Financiamentos	1.861.507	3.387.300	30.975	165.863	204.104	678.537	2.307.821
Títulos de dívida emitidos com garantia (Debêntures)	1.030.317	1.168.393	-	54.214	781.177	333.001	-
Subtotal - Debêntures	1.030.317	1.168.392	-	54.214	781.177	333.001	-
Fornecedores	362.582	362.583	167.251	155.719	-	-	-
Subtotal - Fornecedores	362.582	362.583	167.251	155.719	-	-	-
Total	3.254.406	4.918.275	198.226	375.796	985.281	1.011.538	2.307.821

Os fluxos de entradas/(saídas), divulgados na tabela acima, representam os fluxos de caixa contratuais não descontados relacionados aos passivos financeiros mantidos para fins de gerenciamento de risco e que normalmente não são encerrados antes do vencimento contratual.

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de junho de 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

27 Instrumentos financeiros--Continuação

Adicionalmente, conforme divulgado nas notas explicativas nº 14 e 15, a Companhia possui operações financeiras com cláusulas contratuais restritivas (*covenants*). O não cumprimento futuro desta cláusula contratual restritiva pode exigir que a Companhia liquide a dívida antes da data prevista. Estas cláusulas contratuais restritivas são monitoradas regularmente pela diretoria financeira e reportada periodicamente para a Administração para garantir que o contrato esteja sendo cumprido. Não gerando qualquer expectativa futura de que as condições acordadas não sejam cumpridas pela Companhia.

(iii) Riscos de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado, tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros, compreendendo ainda os limitadores de endividamento definidos em contratos, cujo descumprimento pode implicar em vencimento antecipado, conforme descritos a diante desta nota explicativa. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

A Companhia utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado. Todas essas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pelo Comitê de Gerenciamento de Risco.

Geralmente, a Companhia busca aplicar *hedge accounting* para gerenciar a volatilidade no resultado.

(iv) Riscos de taxa de câmbio

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta das flutuações no câmbio. Passivo financeiro da Companhia estão suscetíveis a variações cambiais, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre aqueles saldos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente o dólar. Atualmente a exposição ao câmbio é de 14,7% (11,7% em 31 de dezembro de 2019) de sua dívida (respectivo a empréstimos e financiamentos, credores financeiros de recuperação judicial e AVP de credores financeiros em moeda estrangeira) conforme demonstrado a seguir :

Indexador	R\$	Custo médio (a.a.)	Prazo final médio (mês/ano)	Prazo médio (em anos)	Part. (%)
Libor	425.387	5,2%	abr/22	1,85	14,7%
Moeda estrangeira	425.387	5,2%	-	1,85	14,7%
CDI	1.543.169	5,5%	mai/23	2,24	53,4%
PRÉ-FIXADO	447.248	12,1%	nov/48	18,76	15,5%
IPCA	324.517	4,5%	nov/34	7,68	11,2%
SELIC	151.504	5,1%	dez/22	1,30	5,2%
Moeda nacional	2.466.438	6,5%	-	5,89	85,3%
Total	2.891.825	11,8%	-	7,74	100,0%

A Companhia monitora continuamente as taxas de câmbio e de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade da contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

A Companhia possui uma dívida em moeda estrangeira, e ambas possuem *SWAP* para proteção contra as oscilações de câmbio, conforme nota explicativa 26.3.

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de junho de 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

27 Instrumentos financeiros--Continuação

A sensibilidade da dívida foi demonstrada em cinco cenários, um cenário com a taxa projetada para 12 meses (Fonte:B3) (Cenário Provável); mais dois cenários com apreciação de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) da cotação da moeda estrangeira considerada. Incluímos ainda mais dois cenários com o efeito inverso ao determinado na instrução para demonstrar os efeitos com a depreciação de 25% (Cenário IV) e 50% (Cenário V).

A moeda utilizada na análise de sensibilidade e os seus respectivos cenários estão demonstrados conforme a seguir:

		Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado à variação cambial					
		Impacto no resultado					
Operação	Risco	Saldo em R\$ (exposição)	Cenário Provável	Cenário II +25%	Cenário III +50%	Cenário IV - 25%	Cenário V -50%
Passivos financeiros							
Empréstimos, financiamentos e debêntures	US\$	(425.387)	(426.940)	(534.063)	(640.409)	(320.593)	(213.470)
Impacto no resultado			(1.553)	(107.123)	(213.470)	106.347	213.470
Swap - Ponta Ativa	US\$	424.982	448.356	454.221	460.043	442.534	436.669
Impacto no resultado (swap)			23.374	5.865	11.687	(5.822)	(11.687)
Referência para ativos e passivos financeiros			Taxa projetada	+25%	+50%	-25%	-50%
Dólar US\$ R\$ (% 12 meses)			5,50	6,88	8,25	4,13	2,75

(v) Risco de vencimento antecipado

A Companhia possui debêntures com *covenants* que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses índices pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. A Administração acompanha suas posições, bem como projeta seu endividamento futuro para atuar preventivamente aos limites de endividamento mencionados na nota explicativa 15 (Debêntures).

(vi) Risco de taxa de juros

As variações das taxas de juros da economia afetam tanto os ativos quanto os passivos financeiros da Companhia. A seguir são demonstrados os impactos dessas variações na rentabilidade dos investimentos financeiros e no endividamento em moeda nacional da Companhia.

A sensibilidade dos ativos e passivos financeiros da Companhia foi demonstrada em cinco cenários, em conformidade com o CPC 48, um cenário com a taxa projetada para 12 meses (Cenário Provável); mais dois cenários com apreciação de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) da cotação da moeda estrangeira considerada.

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de junho de 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

27 Instrumentos financeiros--Continuação

Foi incluído ainda mais dois cenários com o efeito inverso ao determinado na instrução para demonstrar os efeitos com a redução de 25% (Cenário IV) e 50% (Cenário V) desses indexadores.

Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado à taxa de juros							
			Impacto no resultado				
Operação	Risco	Saldo em R\$ (exposição)	Cenário Provável	Cenário II +25%	Cenário III +50%	Cenário IV - 25%	Cenário V -50%
Ativos Financeiros							
Aplicações financeiras	CDI	557.975	570.920	574.156	577.393	567.684	564.448
Impacto no resultado			12.945	3.236	6.473	(3.236)	(6.473)
Passivos financeiros							
Empréstimos, financiamentos e debêntures	CDI	(1.543.169)	(1.578.971)	(1.587.921)	(1.596.871)	(1.570.020)	(1.561.070)
	SELIC	(151.504)	(155.079)	(155.973)	(156.867)	(154.186)	(153.292)
	IPCA	(324.517)	(333.571)	(335.843)	(338.114)	(331.299)	(329.060)
Total passivos financeiros			(2.019.190)	(2.067.621)	(2.079.737)	(2.091.852)	(2.043.422)
Impacto no resultado			(48.431)	(12.116)	(24.231)	12.116	24.199
Swap - Ponta Passiva	CDI	(304.547)	(311.612)	(313.379)	(315.145)	(309.846)	(308.080)
Impacto no resultado (swap)			(7.065)	(1.767)	(3.533)	1.766	3.532
Efeito líquido no resultado (swap)			16.309	4.098	8.154	(4.056)	(8.155)
Efeito líquido no resultado			(55.496)	(13.883)	(27.765)	13.882	27.731
Referência para ativos e passivos financeiros¹							
		Taxa projetada	Taxa em 30/06/2020	+25%	+50%	-25%	-50%
CDI (% 12 meses)		2,32	4,60	2,90	3,48	1,74	1,16
SELIC (% 12 meses)		2,36	4,60	2,95	3,54	1,77	1,18
TJLP (% 12 meses)		4,72	5,52	5,91	7,09	3,54	2,36
IGP-M (% 12 meses)		3,27	7,31	4,09	4,91	2,45	1,64
IPCA (% 12 meses)		2,79	2,13	3,49	4,19	2,09	1,40

Fonte: B3

(vii) Risco de escassez de energia

O Sistema Elétrico Brasileiro é abastecido predominantemente pela geração hidrelétrica. Um período prolongado de escassez de chuva, durante a estação úmida, reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas, trazendo como consequência o aumento no custo na aquisição de energia no mercado de curto prazo e na elevação dos valores de Encargos de Sistema em decorrência do despacho das usinas termelétricas. Em uma situação extrema poderá ser adotado um programa de racionamento, que implicaria em redução de receita. Com a finalidade de incentivar o uso racional da energia, o governo através do Decreto nº 8.401/2015, criou a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias (conta bandeiras) no sentido de sinalizar a situação hidrológica do país, contendo assim o consumo de energia de forma não racional.

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de junho de 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

27 Instrumentos financeiros--Continuação

(viii) Risco da revisão e do reajuste das tarifas de fornecimento

Os Processos de Revisão e Reajuste Tarifários são garantidos por contrato e empregam metodologias previamente definidas. Alterações na metodologia vigente devem ser amplamente discutidas e contarão com contribuições da Companhia, concessionárias e demais agentes do Setor. Em caso de evento imprevisível que venha a afetar o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, poderá a Companhia justificar e requerer ao regulador a abertura de uma Revisão Tarifária Extraordinária, ficando a realização desta a critério do regulador. A própria ANEEL também poderá proceder com Revisões Extraordinárias caso haja criação, alteração ou exclusão de encargos e/ou tributos, para seu repasse às tarifas.

27.5 Gestão de capital

A política da Administração da Companhia é manter uma base sólida de capital para manter a confiança do investidor, dos credores e do mercado e o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora o retorno de capital e também o nível de dividendos para os acionistas.

A Administração procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de alavancagem e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável, estabelecendo e acompanhando as diretrizes dos níveis de endividamento e liquidez, assim como as condições de custo e prazo dos financiamentos contratados.

28 Demonstração dos fluxos de caixa

Transações não envolvendo caixa

O CPC 03 (R2) – Demonstrações de Fluxo de Caixa, em sua revisão, trouxe que as transações de investimento e financiamento que não envolvem o uso de caixa ou equivalente de caixa devem ser excluídas das demonstrações de fluxo de caixa e apresentadas separadamente em nota explicativa.

Todas as demonstrações que não envolveram o uso de caixa ou equivalente de caixa, ou seja, que não estão demonstradas nas demonstrações de fluxo de caixa, estão demonstradas na tabela abaixo:

	<u>Efeito não caixa</u>
Atividades de Investimento	
Direito de uso (a)	241
Total	<u><u>241</u></u>

(a) Variação não caixa referente ao direito de uso.

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de junho de 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

29 Compromissos futuros

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo são os seguintes:

	<u>Vigência</u>	<u>2020</u>	<u>2021</u>	<u>2022</u>	<u>2023</u>	<u>Após 2023 (*)</u>
Energia contratada (em R\$)	2020 a 2032	490.789	1.057.649	1.051.380	1.123.628	12.637.802
Energia contratada (em MhW)	2020 a 2032	2.859.027	5.022.377	4.917.225	5.111.538	48.006.182

(*) estimado 12 anos após 2020.

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, cuja vigência varia de 6 a 30 anos, representam o volume total contratado pelo preço atualizado de acordo com a cláusula do CCEAR, e foram homologados pela ANEEL.

	<u>Vigência</u>	<u>2020</u>	<u>2021</u>	<u>2022</u>	<u>Após 2022 (*)</u>
Arrendamentos e alugueis (R\$ Mil)	2020 a 2021	2.127	1.390	4	-

(*) estimado 12 anos após 2022.

30 Seguros

A Companhia mantém apólices de seguros, por montantes considerados suficientes, para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros em seu patrimônio, bem como por reparações em que seja civilmente responsável por danos involuntários, materiais e/ou corporais causados a terceiros decorrentes de suas operações, considerando a natureza de sua atividade. Os seguros da Companhia são contratados conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por empresas de distribuição de energia elétrica.

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão das informações financeiras, conseqüentemente, não foram analisadas pelos nossos auditores independentes.

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com as apólices de seguros contratadas pela Companhia estão demonstrados a seguir:

<u>Riscos</u>	<u>Vencimento das apólices</u>	<u>Importância segurada</u>
Riscos operacionais	30/04/2021	149.240
Responsabilidade civil geral	30/04/2021	30.000
Seguro garantia judicial	(a)	143.624
Seguro garantia licitante	20/09/2020	98.250
Automóveis	30/04/2021	(b)

(a) Apólices vigência até 2024; e

(b) 84 veículos próprios segurados;

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de junho de 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

31 Eventos subsequentes

Impacto da COVID-19

Em atenção à Resolução Normativa 885/2020, no dia 03 de julho, a Equatorial Energia S.A. (controladora direta da Companhia) protocolou na Agência Reguladora o Termo de Aceitação da Conta COVID, que garante às distribuidoras os recursos financeiros necessários para compensar a perda de receita temporária em decorrência da pandemia e protege os demais agentes do setor ao permitir que as distribuidoras continuem honrando seus contratos.

Dando sequência a este rito processual, a Equatorial protocolou na ANEEL, em 06 de julho, os ativos regulatórios contabilizados na competência de junho/2020, associados a constituição da Sobrecontratação, Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A” - CVA e Neutralidade dos Encargos Setoriais. Vale destacar que, mensalmente até o quinto dia do mês subsequente, a Equatorial deverá informar a ANEEL a constituição ativa de tais itens financeiros regulatórios.

Em 31 de julho de 2020, a Equatorial Energia S.A. recebeu a primeira parcela da conta-covid no montante de R\$ 865.660 e repassou para Equatorial Piauí o valor de R\$ 143.482. O restante da operação será liberado mensalmente conforme valores a serem homologados pela ANEEL.

Em paralelo, no tocante da Regulação Comercial, a ANEEL aprovou a revisão da Resolução Normativa 878/2020, que estabelece um conjunto de medidas para garantir a continuidade do serviço de distribuição de energia e a proteção de consumidores e funcionários das concessionárias em meio ao cenário de pandemia da Covid-19.

De acordo com as novas regras, diversas atividades devem ser retomadas pelas distribuidoras a partir de 1º/8/2020, como o atendimento presencial ao público, a entrega da fatura impressa e o cumprimento de prazos e indicadores anteriormente exigidos. Contudo, a ANEEL esclarece que eventuais restrições devem ser discutidas com a autoridade de saúde local, que tem competência legal para avaliar a viabilidade da execução dos serviços no contexto de restrições frente à pandemia.

A ANEEL decidiu também manter a proibição de cortes de energia por falta de pagamento para os consumidores classificados como Baixa Renda enquanto durar o estado de emergência da pandemia. Conforme o Decreto Legislativo nº 6/2020, esse prazo atualmente vai até o final de 2020. A partir de 1º/8/2020, contudo, volta a ser permitida a possibilidade de cortes de energia por falta de pagamento para consumidores residenciais e as relacionadas ao fornecimento de energia aos serviços e atividades considerados essenciais, desde que os consumidores sejam reavaliados.

* * *

Conselho de Administração

Firmino Ferreira Sampaio Neto

Augusto Miranda da Paz Júnior

Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima

Diretoria Executiva

Raimundo Nonato Alencar de Castro
Diretor Presidente

Carla Ferreira Medrado
Diretor

Sérvio Túlio dos Santos
Diretor

Cosme José Bráulio Cezário
Diretor

Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima
Diretor

Tinn Freire Amado
Diretor

Cristiano De Lima Logrado
Diretor

José Silva Sobral Neto
Diretor

Geovane Ximenes de Lira
Gerente de Contabilidade e Tributos
Contador
CRC PE 012996-O-3 S-PI